



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 140

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 140

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 10

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 11

Dep. Professor Lemos..... 12

Dep. Mario Roque 12

Dep. Antonio Belinati 13

Dep. Tadeu Veneri..... 16

Dep. Péricles de Mello..... 17

Srta. Adriane de Almeida

Marcondes..... 19

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 20

Dep. Marcelo Rangel 22

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 14

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 17

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 29

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida 30

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 31

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final 35

2ª Discussão 35

1ª Discussão 35

Discussão Única (Proposições).. 38

Requerimentos 43

Encerramento da Sessão 44

DIÁRIO Nº 140

133ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

17 DE NOVEMBRO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Ney Leprevost (02).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Fernando Scanavaca, Osmar Bertoldi e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (04).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 926/09

SÚMULA:

Sugere a construção do Setor de Prontuário do Paciente - SPP.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do Setor de Prontuário do Paciente - SPP;

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 927/09

SÚMULA:

Sugere a aquisição de equipamentos de ultrassonografia com doppler.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de equipamentos de ultrassonografia com doppler;

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 928/09

SÚMULA:

Sugere a conclusão do Bloco da Clínica Odontológica.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a conclusão do Bloco da Clínica Odontológica.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER seja anotada justificativa de ausência deste Parlamentar nas Sessões Plenárias de terça-feira, dia 17 e quarta-feira, dia 18, em razão de viagem a Brasília, para tratar de assuntos de interesse dos Municípios de sua área de atuação.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 5593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, autorização desta Casa, para representar a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa no 6º Encontro Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, onde terá como eixo principal um novo modo de ser para a sustentabilidade, nos dias 18, 19 e 20 de novembro em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 5597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias a serem realizadas nos dias 23, 24 e 25 de novembro do corrente ano, em virtude de compromissos parlamentares assumidos em Maringá e Região.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 5599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a autorização

para o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 25 pelo presidente da UPES, Rafael Clabonde, para a divulgação da 49º Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas UPES.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 5537

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Elgina Nascimento Guedes, ocorrido dia 14 do corrente.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Loanda se despede de dona Elgina Nascimento Guedes, uma dentre as suas mais autênticas pioneiras. Aos 85 anos de idade, dona Elgina veio a falecer no último dia 14 em casa hospitalar de Curitiba e foi sepultada no dia seguinte, 15, na Cidade que ajudou a construir ao lado do seu marido, o também saudoso Joaquim Fernandes Guedes, que nos deixou em 1974, aos 74 anos de idade.

O casal honra a galera dos fundadores de Loanda onde aportou ainda no ano de 1953 quando se erguiam às primeiras casas residenciais e de comércio e se iniciavam as primeiras lavouras naquele território. O marido Joaquim foi feitor das primeiras leis que regem a administração do Município, pois participou da primeira Câmara de Vereadores quando da emancipação político-administrativa acontecida em 1955.

A contribuição de dona Elgina ao desenvolvimento de Loanda é retratada nas suas ações como condutora dos destinos da família, dedicando-se esmeradamente aos cuidados com a saúde e a educação dos filhos: Osvaldo, Neusa, Nilda, Nair, Nilce, Aparecida, Carlos, Heloisa e Fernando, ex-assessor parlamentar do subscritor deste documento, atual subprefeito da Regional do Portão na Cidade de Curitiba, onde já exerceu anteriormente, as funções de Secretário Municipal de Esportes.

Ao fazer inserir nos Anais desta Casa representativa da gente paranaense, este justificado voto de pesar, este Poder Legislativo cumpre o mister de registrar o seu reconhecimento à memória da ilustre e reverenciada cidadã loandense.

Que, desta decisão, se dê ciência à família enlutada, através de ofícios a serem encaminhados às autoridades constituídas do Município de Loanda, o Sr. Prefeito Álvaro de Freitas Netto, o Sr. Vereador Nilson Wander Spinardi, Presidente do Legislativo Municipal.

REQUERIMENTO Nº 5540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Fumie Figaki, empresária, com 78 anos de idade, no último dia 11 de novembro em Maringá.

Fumie Figaki era filha do Sr. Kenzo Higaki e da Sra. Hiroko Higaki.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sofia Premebida Orba, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Stanislaw Stepein, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdir da Silveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdomiro Nobre de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gilson Luis Schuab de Castro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iolanda Dias Barbosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Henrique Sich, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Euvira de Paula Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Fabiana Aparecida Ferreira dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Salvador Moraes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5557

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Joana Rosa Silveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jaqueline de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isaura de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5560

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Isabel Freitas da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Maurício, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anísio Campos Ferreira da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Cavali, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastião de Oliveira Vidal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adélio Vieira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Albino Kovalski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Amélia Pinheiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5570

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Cunha da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vitor Hugo da Silva Cunha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Catarina Lunizvicki, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valter Otto Augusto Kioth, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vera Lucia Barbosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cassimiro Soltovinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Daili Francisco Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Daltiva dos Santos de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5578

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arci Rossoni, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aristides de Quadros, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aurora Ferreira da Silva Dalay, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cleonice do Rocio Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Clarice Kutner, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ivone Volaco Moraes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cesar Matilde dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Ingezack, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eucalina Galvão, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Vorub de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Zoraide Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Mario Luis Garbuio, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Miguel Antunes de Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nanci Tereza Vognika Schimidt, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nelson Jorge Rauch, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações à Flávia Santina Pelissari Quinalha; Rainha da Uva de Marialva, Suelen Tavares Aragão; 1ª Princesa e Kátia Linhares Betanin; 2ª Princesa e Miss Simpatia.

No dia 11 de novembro deste ano Marialva realizou a Abertura da Colheita da uva 2009-2010, evento integrante da 17ª Festa da Uva Fina de Marialva que foi dividida em duas etapas: de 11 à 14 de novembro e de 02 à 06 de dezembro.

A eleição da Rainha da Uva acontece no dia 13, com a participação de 15 concorrentes que estarão divulgando a segunda etapa da Festa nos mais diversos meios de comunicação e junto à comunidade local.

Marialva é considerada a Capital da Uva Fina. A cultura ocupa 1.500 hectares do Município. A produção é de 50 mil toneladas por ano, em duas safras, 1 mil e 500 famílias envolvem-se na atividade e emprega cerca de 6 mil pessoas. A uva correspondente por 50% da receita agrícola. As variedades mais cultivadas são rubi, benitaka, Brasil e Itália.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a seleção feminina e masculina de voleibol do Colégio Regina Mundi do Município de Maringá.

As duas seleções subiram ao alto do pódio, ouro no feminino e masculino do voleibol.

As Olimpíadas Escolares para atletas em ter 15 a 17 anos que chegaram ao fim neste domingo (15) em Maringá e Londrina teve um excelente desempenho dos competidores do Paraná. Meninos e meninas somaram 37 medalhas para o Estado: 16 de ouro, 6 de prata e 15 de bronze. Foram 10 dias de competição, com a participação de 2 mil atletas em Maringá e outros 1,5 mil em Londrina, representando 26 Estados brasileiros e duas equipes dos Municípios-sede.

Destaque também para os competidores na natação, onde conseguiram 09 medalhas de ouro e seis de bronze.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Manguueirinha pela passagem, no próximo dia 21/11/09, do seu 63º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Albari Guimorvam Fonseca dos Santos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Municipal, Sr. Ednilson Luiz Palauro bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguueirinha.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Mangueirinha irá comemorar festivamente, no próximo dia 21 de novembro, a passagem de seus 63 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que tem colaborado para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Em 1864 foram reivindicadas as construções de mangueiras para dar guarida aos tropeiros que chegavam às margens do Rio Iguaçu e tinham dificuldades em controlar suas tropas, que, via de regra, espelhavam-se causando sérios transtornos.

A construção dessas mangueiras permitiu um trânsito racional e seguro do gado, facilitando aos tropeiros a travessia das águas causadoras do rio, que em canoas puxavam as reses, rebocadas uma a uma. A contínua travessia de tropas pela região permitiu que se formasse um povoado, a exemplo do ocorrido em castro, Palmeira, etc.

Em 20/01/1887, um Ato Provincial dá ao lugar a condição de Distrito Policial e Judiciário, pertencendo ao Município de Palmas, com a denominação de Conceição do Rosário. Com o fim do tropeirismo, a atividade de Conceição do Rosário. Com o fim do tropeirismo, a atividade comercial principal do lugar passou a ser a extração da erva-mate, alternada com a criação de suínos, no sistema de safras.

O Decreto Lei nº 533, de 21/11/46, criou o Município de Mangueirinha, com território desmembrado de Clevelândia. A instalação deu-se em 21/11/46.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores desse importante Município, que vem sendo muito bem administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada no desejo de bem servir a população.

REQUERIMENTO Nº 5546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Iguaçu pela passagem, no próximo dia 22/11/09, do seu 54º aniversário de criação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Manoel Abrantes Neto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Darci Ricardo Ramos, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do Município de Iguaçu, na significativa data da comemoração do seu 54º aniversário de criação.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que deram sua importante parcela de contribuição para o progresso do Município.

Iguaçu foi fundada em área de influência da Companhia de Terras Norte do Paraná, ainda nos primeiros anos da década de 40. Dentre os primeiros povoadores nomeiam-se o mineiro João Fernandes, o paulista Paulo Naga e o paranaense Joaquim Ferreira Leite, que instalaram-se em 1942.

Em 1946, Antônio Escravinato e João Batista adquiriram uma área de terras de 14 alqueires e a lotearam, dividindo-a em terrenos urbanos, com a pretensão de formarem um patrimônio. Visto que a procura foi intensa, a dupla de colonizadores achou por bem aumentar o perímetro urbano do empreendimento e, compraram de Pedro Vailése uma área de 726 mil metros quadrados de terras, que foram imediatamente incorporados ao projeto colonizador e prontamente demarcados. A partir dali o povoado só cresceu.

Pela Lei nº 1998, de 08 de março de 1954, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Administrativo no Município de Astorga. Em 22/11/55, através da Lei Estadual nº 2505, foi criado o Município de Iguaçu. A instalação oficial deu-se no dia 16/12/56, sendo primeiro Prefeito o Sr. Sebastião Martins da Silva.

Com todo o respeito que a população de Iguaçu é merecedora, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos efusivos cumprimentos pela passagem de seus 54 anos.

REQUERIMENTO Nº 5600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Califórnia, pela passagem, no próximo dia 26/11/09, do seu 55º aniversário de criação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Amauri Barichello, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Rivelino José de Souza, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Califórnia.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Califórnia, radiante de alegria, estará comemorando o transcurso do seu 55º aniversário de fundação, no próximo dia 26 de novembro. Assim sendo, parabenizamos as autoridades constituídas do Município bem como seu povo em geral.

A Cidade de Califórnia foi fundada pelo francês Alberto L. V. Duplessês e teve como coadjuvante o topógrafo Minotti Bolinelli, de origem italiana.

Duplessês era engenheiro civil de forte têmpera, e não se assustou quando deparou com a mata virgem do lugar e as adversidades que vieram. O solo, comprovadamente fértil, era o passaporte garantido, que ele precisava para implantar um povoamento, naquela região de topografia acidentada.

À época do começo do loteamento denominado Califórnia, o maior contingente de famílias que ali se estabeleceu vinha de Minas Gerais, seguido de paulistas e nordestinos.

Em 194 Califórnia foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, com território pertencente a Araruá. Pela Lei Estadual nº 253, de 26/11/54, foi criado o Município de Califórnia, com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul. A instalação oficial deu-se no dia 17/12/55. O primeiro Prefeito Municipal eleito foi o Sr. Silvio Pedra Ramos.

Portanto, através desta proposição, parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmo desejos de evoluir e alcançar os objetivos propostos com um trabalho sério voltado aos interesses da população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se as manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pelo transcurso dos 55 anos do Município de Califórnia.

REQUERIMENTO Nº 5543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações:

- Quais os valores repassados pelo Governo do Estado para o Município de Ponta Grossa, relativos à arrecadação de ICMS, no ano a ano, de 1995 até a presente data.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 5536

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de reiterar o pedido dos moradores do Conjunto Recanto do Iguaçu, feito através de nosso Requerimento LCM/AL/24.901/2009, no qual foi solicitado policiamento naquele conjunto. Os assaltos continuam ocorrendo, inclusive com maior incidência, policiamento não existe na região e os moradores encontram-se apavorados. A situação está fora de controle e a comunidade sem segurança, motivo pelo qual os moradores nos procuraram novamente fazendo tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 633/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ebenézer, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ebenezer, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por finalidade apoiar e desenvolver atividades de atendimento a crianças e ao adolescente e sua interação com a família e a comunidade, em regime de apoio socioeducativo.

A instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 634/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública da Associação de Amparo a Criança e Casa de Apoio Tia Sula, com sede e foro no Município de Colombo, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A referida associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos cuja finalidade é a proteção e assistência à maternidade e assistência à infância, velando pelo bem-estar e pelas necessidades de gestantes e, principalmente, da criança, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento harmônico da vida comunitária.

Desta forma atua como responsável pela higiene da maternidade e das crianças, bem como a proteção e assistência à mãe e a criança antes, durante e depois do parto, através de recursos da associação e palestras dirigidas por médicos, além de outros serviços sociais.

É também responsável por iniciativas ou empreendimentos que a associação venha conseguir em favor da maternidade e infância.

Possui o compromisso com a proteção, a alimentação, a educação e recreação às crianças de zero a 06 (seis) anos, em tempo integral, compromisso esse que se realiza através da Casa de Apoio Tia Sula, sendo esta mantida por benfeitores e pela comunidade.

A associação, na medida do possível, confere plena assistência a gestante e ao lactante em estado de desnutrição.

A fim de obter recursos necessários a organização, instalação, ampliação, melhorias e manutenção de serviços, a associação promove festas e campanhas, das quais podem participar a própria comunidade ou a população de outras Cidades vizinhas, visando a aquisição de doativos e contribuições, podendo ainda solicitar ao Governo auxílios e subvenções permanentes ou extraordinários quando necessário.

PROJETO DE LEI Nº 635/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a estadualizar a estrada situada no Município de Palmeira, denominada Quero-Quero, que liga a BR-277 à BR-376, com 20,18Km.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/11/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela objetiva a integração do trecho rodoviário supracitado à malha rodoviária do Estado do Paraná.

Nossa preocupação é imensa, em virtude da péssima condição da estrada que vem trazendo grandes transtornos ao tráfego de motoristas e pedestres, causando inclusive acidentes graves e deixando a população insegura e com falta de segurança naquela via pública. Vale frisar que o Município não possui recursos financeiros suficientes para manter tal trecho.

Sendo assim contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição em tela.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

Não estando presente no momento, segundo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; Sr. 2º Secretário, Deputado Teruo Kato; senhoras e senhores que nos visitam, imprensa.

Venho a esta tribuna agradecer a todos os Deputados pela nossa proposição ontem, nosso projeto, Deputado Nishimori, sobre a prevenção da gestante com o álcool. Fizemos um projeto porque estamos muito preocupados quando vemos as mulheres gestantes fazendo uso do álcool. Quantos distúrbios, quantas coisas ruins, distúrbios de comportamento, trazem às nossas crianças? É impressionante que a jovem gestante, quando ela está fazendo uso de álcool, ela não percebe a consequência que pode levar àquela criança. E esse diagnóstico só conseguimos no decorrer do tempo, quando essa criança vai para a escola, onde tem até um distúrbio antissocial. Essa criança tem dificuldades para o aprendizado, tem lesões neurológicas. E pasmem, quando se fala na placenta, que filtra tudo para amparar e proteger o feto, sabemos que o álcool passa pela barreira placentária e atinge o fígado da criança ainda em formação. Se um fígado na pessoas adulta, quando ingere álcool, tem uma dificuldade terrível para a eliminação, imaginem na criança com o fígado em formação, demora mais tempo ainda.

Aí que vêm as grandes complicações. Imaginem uma criança com distúrbio de comportamento na escola. Existem alunos, ex-mães estilistas, que faziam o uso de álcool, que tem um comportamento muito agressivo para com os professores, porque têm dificuldade de aprendizado. Com essas dificuldades que eles têm de aprender, partem para a agressão. E não é só o álcool, não, são as mães que também usam drogas, cocaína, heroína, maco-nha, crack, que levam as mesmas complicações. Quando vemos que as mães que bebem e são gestantes, de 30 a 50%, pasmem, levam lesões e distúrbios de comportamento às crianças. São coisas que nos deixam tristes, porque sabemos que a juventude, na flor da idade, quando realmente está muito feliz, quando está gestante, vai comemorar aquele ente querido, aquele anjinho que está no seu ventre, fazendo festas, bebendo, às vezes um copo de cerveja já começa fazendo as lesões.

Por isso é um apelo que estamos fazendo à toda imprensa televisiva, escrita e falada.

Quando vejo o Deputado Jocelito, quando se fala em projetos como esse, ele se empolga. Ah, como eu gostaria de ter a habilidade do Deputado Jocelito, para demonstrar com o jeito dele, de artista de rádio. Quando vejo o Deputado Luiz Carlos Martins fazendo aquela demonstração dessas lesões, tenho certeza que com as palavras bem colocadas de um grande Deputado, como o Jocelito, dele e de outros Deputados que são da imprensa, realmente vocês conseguem comover a população.

Eu, através de medicina preventiva, faço palestras não só em maringá, mas em mais de 100 Municípios do Estado do Paraná, em todos os lugares em que sou convidado. Nas minhas palestras dou muita ênfase à prevenção.

Agradecer a cada um dos Srs. Deputados. Esse projeto foi aprovado, ontem, em 1ª discussão, por unanimidade pelos Deputados presentes. Fico muito feliz em saber que todos os Deputados gostam de medicina preventiva, das prevenções e do povo paranaense.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado por mais esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa., como profundo conhecedor da área da Saúde, tem razão. A prevenção é o melhor remédio para a Saúde.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado José Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos convidados, imprensa, telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL e pela MERCOSUL.

Venho a esta tribuna para ler um convite a todos os Deputados e Deputadas e à comunidade em geral, que vem do Instituto Paranaense de Cegos do Paraná, que em parceria com o Ministério Público do Estado do Paraná promove um debate aberto sobre as novas perspectivas de diretrizes do Instituto, a partir do entendimento e da exposição do processo de intervenção judicial que está passando a entidade. É a terceira vez que o Instituto Paranaense de Cegos sofre intervenção.

Estamos com o professor Ênio, que é muito respeitado e é dirigente da entidade em Cascavel. Ele foi chamado aqui em Curitiba, como professor da rede estadual, como militante desta causa tão importante, para ser o interventor do Instituto, para recolocá-lo no devido lugar, para o qual ele foi fundado. Então, o professor Ênio está convidando a população para participar desta atividade importante, que será na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, das 13h30 às 17h, no dia 20 de novembro, sexta-feira, o Instituto, junto com o Ministério Público, vai receber a população, as autoridades para contar o que aconteceu, o que está se fazendo para retomar o caminho, que o Instituto sempre, desde a sua fundação, teria que perseguir. É fazer com que a nossa população que é atendida pelo Instituto tenha um bom atendimento. Que nenhum desvio possa acontecer daqui para frente naquela Instituição, que é muito importante para o Paraná, para o Brasil.

Então, fica o convite do Instituto Paranaense de Cegos, convidando a população, as autoridades, para esse debate na Biblioteca Pública de Curitiba, das 13h30 às 17h, na sexta-feira dia 20.

Quero aqui também fazer um apelo para que o Instituto receba recursos, porque precisa de reformas, precisa de alterações para adequá-lo de modo a receber os estudantes que precisam do Instituto de forma adequada e com qualidade.

Quero também, neste tempo que me resta, fazer um apelo à Secretária da Educação, ao Governador do Estado do Paraná, para que olhem para a escola de Cascavel, que foi interditada a sua cozinha. Aí o Governo providenciou uma alternativa, um container. Ele foi levado

até o pátio da escola e ontem a defesa sanitária, que havia interditado a cozinha, interditou também essa cozinha no container. É um colégio grande, precisa de reforma urgente, a diretora, os pais, professores, estudantes, estão desesperados, porque não é possível fazer merenda naquela escola. E não é só merenda. A escola fica numa região da Cidade que é ao lado da UNIOESTE, no bairro Faculdade de Cascavel, recebe milhares de estudantes e não pode permanecer na situação que está. A diretora disse que já percorreu vários caminhos. Liga-me, me passa e-mail. Estou fazendo um apelo que o Governo providencie com urgência o conserto dessa escola.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mario Roque.

Deputado Mario Roque (PMDB)

O SR. MARIO ROQUE

Sra. Presidente, Cida Borghetti, demais componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, população do Estado do Paraná.

Há dias estive nesta tribuna e falei sobre a situação da Saúde em Morretes. Com alegria volto a esta tribuna, parabenizando os Vereadores da Câmara de Morretes que, numa Sessão Extraordinária ontem, aprovaram o valor de R\$ 75 mil. O Prefeito Hamilton está autorizado a enviar à associação daquele hospital R\$ 75 mil e mais AIHs que o Município terá direito, num total de R\$ 30 mil.

Pena que o Governo do Estado não fez a sua parte, o hospital, que vai passar a ser pronto-atendimento não tem obstetra, não tem ginecologista, não tem cardiologista, não atende na área de pediatria. Portanto, todos aqueles que ali chegarem, se não houver uma ambulância rápida para levá-lo à Paranaguá, sofrerão com isso. E a partir deste momento, como já não há maternidade o Município de Morretes, não terá mais gente nascida naquele local, vão ser todos parnanguaras porque vão nascer no hospital regional. Ou então vai ser o seguinte: “Você é natural de onde?” “Do meio do caminho”. Porque muita gente vai nascer na ambulância, são 50, 60 quilômetros de distância de Morretes até o hospital, o centro da Cidade, e aquelas senhoras que vão dar à luz terão problemas com o atendimento.

É uma vergonha, porque Morretes já foi referência. Eu falei há dias que a minha última filha, que hoje está comemorando 27 anos de existência, nasceu em Morretes porque a mãe achou que Morretes era o melhor centro. Muita gente de Curitiba ia a Morretes para ser atendida pelo Dr. Luiz Ramos e hoje, vergonhosamente, Morretes está nesta situação: com pronto-atendimento e falta de médicos.

Vou propor aqui pagar a condução para dois médicos, um obstetra e um cardiologista, todos os dias, pela manhã, para irem a Morretes dar plantão e voltar o

revezamento. Eu pago o transporte e o Governo indica dois médicos, todos os dias, para dar atendimento àquele povo sofrido e que merece o respeito de todo o Estado do Paraná. Atenção Dr. Gilberto, vamos olhar com carinho por Morretes!

Ontem o Deputado Péricles se referia a um problema em Pontal, o Pastor Jackson Roberto realmente há 14 dias está desaparecido, foi encontrado o seu veículo no início do Município de Matinhos, em Gaivotas, o carro estava intacto, as portas abertas e ele até agora não deu o ar da sua graça. Falei com o Delegado Zuba, estão fazendo o possível e o impossível para dar uma solução ao caso, e pedimos ao nosso Secretário de Estado que mande gente para lá, porque ele é um homem digno, representa os evangélicos da Igreja do Evangelho Quadrangular, benquisto, é proprietário de uma das imobiliárias do Município e temos que dar respaldo àquela população. Eu falava na situação da Segurança no Litoral, então vamos ajudar o Zuba, nosso Delegado que esteve em Paranaguá, um homem competente, foi para Pontal e está com essa dificuldade toda.

Também o agradecimento do Bispo e do Padre Campos, Paranaguá teve 100 mil pessoas no dia da festa de Nossa Senhora do Rocio. Gente de Maringá, de Londrina, de Cascavel, de Curitiba, invadiram Paranaguá para receber a benção do Rocio.

E para terminar, quero dizer que estamos iniciando o sonho de verão, que termina em abril, com a saída deste Governo que aí está, para que o porto de Paranaguá possa ter mais carga geral, para que Pontal do Paraná vire realmente o maior porto do Sul da América do Sul, em termos de calado. E o povo de Antonina já está satisfeito, porque acabou aquela encrenca de compra, vende, vai não vai. O povo quer trabalho, os arrumadores, os estivadores, os consertadores, os vigias querem trabalhar, não querem saber dessa lenga-lenga que vem há muito tempo, do tempo do Eduardo Requião, que Graças a Deus está em Brasília e não nos perturba mais. Fazer com que realmente a área portuária possa ter nova visão. É um sonho de verão. Queremos acordar em abril e ter o Pessuti mandando no Estado, olhando para nós com mais respeito e, a partir do ano que vem, também como Governador do Estado do Paraná.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SRS. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebo o jornal O Capuchinho: *Tu és Rei? Tu o dizes, eu sou Rei*. E a propósito desse jornal, o meu amigo Benedito Graciano Colombo escreveu um artigo, nesse mesmo jornal, lembrando de uma reunião no final do mês de setembro.

(Lê):

Décima conferência municipal de Saúde de Curitiba.

Às 20h de 25 de setembro de 2009, realizou-se no Colégio Estadual do Paraná (avenida João Gualberto nº 250), houve a abertura da 10ª Conferência Municipal de Saúde - SUS, Curitiba. Foi reivindicada a construção de uma Unidade de Saúde no bairro Mercês, 24h, emergências médicas do SUS.

Os 200 funcionários do SUS de Curitiba aprovaram, por aplausos, reconhecendo a necessidade da construção da mesma.

Estavam presentes nessa Conferência o Vereador Felipe Braga Cortes, Vereadora professora Josete Vereadora Julieta Reis e o Vice-Prefeito Luciano Ducci e assessoria do gabinete do Senador Álvaro Dias, entre outros políticos.

Esta unidade SUS beneficiará os bairros Centro, Mercês, Vista Alegre, Pilarzinho e outros.

O povo da região aguarda a construção desta unidade.

Benedito Graciano Colombo

Meu amigo Pastor Edson, a pessoa cruzar uma Cidade grande como Curitiba e às vezes não tem dinheiro para pagar o táxi, às vezes nem para pagar o ônibus, e além de estar doente ainda correr risco de ser assaltada quando está indo para o hospital, ou para um posto de saúde.

A propósito da violência, o grande jornal O Paraná, de Cascavel, traz aqui: *Bandidos trocam o tráfico de drogas pelo tráfico de armas*. Aí pergunto, Deputado Dobrandino, V. Exa. que é de Foz do Iguaçu: o que é mais grave para o povo: o tráfico de drogas, ou tráfico de armas? Os dois se igualam, nenhum dos dois presta. A droga destrói a felicidade do jovem, a arma serve para matar, para ferir.

Então, vejam a que ponto chegou o nosso Brasil. Tem traficante achando que dá mais dinheiro, ao invés de vender cocaína, ecstasy, crack, heroína, maconha, que é melhor vender arma de fogo. É por isso que de vez em quando eles pegam bandidinho de 13 anos, 12 anos de idade já com revólver na cintura. Se uma pessoa de bem quiser tirar o porte de arma vai ter tanta exigência, tanta burocracia, que vai acabar desistindo. Mas os bandidinhos estão aí armados, atirando, matando, assaltando.

Tem aqui um e-mail de Cambé, do meu grande amigo Valdinei Timóteo Rocha, o "Ney do Gás".

(Lê):

Exmo Sr.

Cumprimento-o com maior prazer, servimo-nos deste para em conjunto com a Associação de Moradores do Parque São Francisco e Jardim D'Avila e Associação de Pais e Mestres e Funcionários - AMPF do Colégio Estadual Olavo Bilac, estas entidades representando os moradores da região intitulada "abaixo da linha do trem" vimos através deste solicitar:

1) retirada do pátio de manobras do centro da Cidade (entre a rua Belo Horizonte e rua Curitiba);

2) construção de passarelas em todas as passagens de pedestres junto à linha férrea;

3) início imediato das obras de transposição da linha férrea;

4) rebaixamento da linha férrea em toda a extensão;

5) retorno das cancelas nos cruzamentos de carros e o trem.

Sem mais para o momento, colhemos a oportunidade para apresentar a V. Exa. nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Valdinei Timóteo Rocha (Ney do Gás)

Presidente da FASMOC

Federação das Associações de Moradores de Cambé

Porque na pressa de chegar em casa, duas jovens, uma menina de 11 anos e uma outra menor foram pular o vagão, o trem andou e as duas acabaram sendo mortas pelo trem em Cambé.

Queremos apoiar a FASMOC nessa luta. Se o trem está no centro da Cidade, no mínimo tem que estar cercado o pátio para evitar esses constantes acidentes. Colocar cancela, sinalização.

E-mail da Câmara Municipal de Londrina:

PROJETO DE LEI N° 390/09 - transporte de cadáveres

Sr. Deputado.

Por iniciativa dos Vereadores Gerson Araújo, Professor Rony e Amauri Cardoso e da Vereadora Sandra Graça, solicitamos a V. Exa. que envide esforços e adote providências cabíveis e se mobilize contra a aprovação do Projeto de Lei n° 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o serviço de transporte de cadáveres, comercialização de urnas funerárias e serviços complementares.

O referido projeto de lei estabelece que esses tipos de serviços são livres à iniciativa privada, e se for aprovado será prejudicial às famílias de nosso Estado, visto que voltará àquela época em que os corpos eram disputados quase que a tapa, com funerárias brigando por defuntos, causando constrangimento e transtornos às famílias paranaenses, justamente nas horas mais tristes de luto, sofrimento e dor.

Vale salientar que o sistema adotado atualmente no Paraná é mais justo e condizente principalmente em respeito à dignidade do ser humano.

Requeremos por fim que, caso o referido projeto de lei seja aprovado, que a ele seja proposta uma emenda aditiva com o seguinte teor:

“Art... O disposto nesta lei não se aplica aos Municípios que disciplinam, administraram e exploram diretamente o serviço de transporte de cadáveres,

comercialização de urnas funerárias e serviços complementares, por meio de autarquia, Secretaria ou outro órgão afim.

Respeitosamente

(aa) JOSE ROQUE NETO - Presidente

GERSON ARAÚJO - 1° Secretário

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Deputado Jocelito, a Câmara de Londrina está preocupada com o projeto de V. Exa. Os Vereadores pedindo para votar contra o projeto de V. Exa. que quer acabar com um dos melhores serviços funerários que um Prefeito criou no Brasil, que é a SEF.

Antes, em Londrina, vender caixão de defunto era igual vender geladeira, televisor. O Caixão do defunto ficava na vitrini. Pague agora e morra depois. Era uma concorrência das funerárias. A pessoa se internava no hospital, estava passando mal, de madrugada vinha lá alguém, abria a porta do quarto do paciente. O paciente, coitado, antes de morrer, ainda ficava contente: “Olha, tem gente ainda preocupada com a minha saúde”.

Era nada. Era urubu, vampiro querendo, daí ligava lá para a funerária: “Olha, o paciente do 101, acho que vai tomar o chá da meia-noite, essa noite. Não passa de hoje.” Porque era uma concorrência vender caixão de defunto, era igual vender terreno, casa, apartamento.

Agora a preocupação com o projeto de V. Exa. é de que vai acabar com esse serviço que nós criamos, como Prefeito da SEF.

Quero fazer uma ressalva. Não procede, V. Exa. foi de uma dignidade extraordinária. Sugeriu, inclusive assinei uma emenda, para resguardar a permanência desse serviço. Quero louvar a importante iniciativa.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Belinati, V. Exa. já respondeu, não é?

Acho que o nosso Presidente Nelson Justus e o nosso Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, foram muito felizes naquele dia que pediram a mim que não votássemos em 2ª discussão o projeto e que discutíssemos um pouco mais. Esse debate foi fundamental, tivemos aqui a presença de todas as pessoas interessadas nesse tema no Paraná. Ontem, que entrou a 2ª votação e que voltou para a CCJ, quatro emendas foram apresentadas, inclusive, uma sugerida pela autarquia de Londrina e que vai atender todas as autarquias do Estado do Paraná. Porque V. Exa. tem razão, eu até quero ir a Londrina conhecer pessoalmente a autarquia dos serviços funerários de lá. É exemplo para o Brasil a dignidade que V. Exa. implementou lá quando Prefeito.

Então, a emenda que V. Exa. assinou, que eu fiz questão que V. Exa. assinasse como reivindicação, já que V. Exa. foi o autor, essa emenda já está tramitando daqui a pouco na CCJ. Vamos proteger as autarquias de

Londrina, de Cascavel, as autarquias que resolvem o problema e não criam maior problema.

As demais colocações que foram frutos daquela Audiência Pública, inclusive algumas contra a minha ideia, todas foram por sugestão nossa como emendas e voltam para CCJ. Uma demonstração de total respeito desta Casa, a todo mundo que trabalha nesse setor. Agora, a CCJ, fora a votação em plenário da CCJ, depois vem para cá para o mérito.

Mas V. Exa. tranquilize os nossos Vereadores de Londrina, porque V. Exa., além de fazer a lei quando Prefeito, agora fez uma emenda. Essa emenda vai, mais uma vez, deixar livre a autarquia de Londrina.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Então, para clarear para os paranaenses, antes de eu ser Prefeito, morria uma pessoa da família, a pessoa estava chocada, traumatizada de ter uma morte inesperada, ela mandava fazer o enterro e não discutia o preço. Aí vinha aquela conta impagável. Com a criação da acesso mudou, a família não vai pagar nada, tem enterro gratuito. Quer fazer um enterro melhor? A pessoa olha lá, escolhe, o preço é igual para todo mundo.

Parabéns ao Deputado Jocelito.

É sobre um e-mail que recebi, até fiz a leitura e fiquei preocupado, procurei maiores contatos, do Carlos Maximiliano de Oliveira, ele fala aqui de várias denúncias contra o Presidente da APAE de São José, Sr. Leonardo Lima Fonseca, que segundo ele, essas denúncias, inclusive por assédio moral e até sexual, diz aqui o e-mail que já estão na Polícia Civil e também no Ministério Público. Procuramos checar e de fato existem muitas denúncias formuladas contra Leonardo Lima Fonseca, e que naturalmente ele vai ter oportunidade de fazer a sua defesa e até esta tribuna da assembleia vai estar à disposição dele se ele tiver algum esclarecimento a prestar em relação às denúncias que estão sendo feitas contra ele.

E-mail do Bruno Cezar, aborda que continua a situação grave da Saúde Pública de Londrina, os médicos plantonistas ainda não chegaram a um acordo com a Prefeitura e o nosso desejo, a nossa vontade, a nossa esperança é que os diretores de hospitais, os médicos plantonistas, os Vereadores, a Associação Médica, todos eles sentem-se com urgência à mesma mesa para encontrar uma solução. Porque com a não prestação de serviços por parte dos médicos plantonistas, a grande população prejudicada não é a rica, é a população de baixa renda, são os mais pobres de Londrina.

Tomara que ele chegue a um bom entendimento o mais urgente possível. Recebo um e-mail, a pessoa pediu para não se identificar, ela estudou, se preparou e o seu grande sonho era pertencer ao Corpo de Bombeiros. Esperou o concurso e nada de concurso. Agora ela desanimou e vai ter que trabalhar como professor, tendo o seu sonho frustrado, porque o seu grande desejo era ingressar no Corpo de Bombeiros.

Entendemos que está na hora, realmente, do Governador promover um concurso urgente para mais professores, mais médicos, bombeiros, policiais civis, militares, e quem vai ganhar com isso é a população do Paraná.

E-mail da Taís Silva, dizendo que ouviu o Secretário da Segurança falar que o Paraná é um Estado seguro, um dos mais seguros Estados do Brasil. Só se for em Curitiba ou na Região Metropolitana de Curitiba.

Posso adiantar a você que a violência está em todo canto do Paraná, até aqui perto do prédio da Assembleia Legislativa, há poucos metros do gabinete do Governador Requião, onde tem pivetes menores de idade, à luz do dia e até à noite usando drogas de maneira escandalosa, todo tipo de violência. Famílias que moram aqui no centro, que antes queriam sair, passear, fazer exercícios, tiveram que cortar por causa da violência que está campeando inclusive aqui. Imaginem como está o restante do Paraná.

Tenho uma correspondência do Bartolomeu Silva, e vou voltar a esse assunto, ele tem uma questão interessante. Tem hotel que você se hospeda pela manhã e tem que pagar uma diária até o meio-dia e depois do meio-dia outra diária. Se um hotel quiser, você chega no hotel às 10 ou 11h da manhã, o hotel vai cobrar de V. Exa. se quiser, e tem hotel que é chato para isso, vai cobrar uma diária até meio-dia e do meio-dia outra diária.

Esta errado Dr. Bartolomeu Silva tem a filiação dele na OAB, ele está defendendo que seja cobrada uma única diária nos hotéis, nas pousadas, nas casas de repouso aqui do Paraná.

Acho lamentável. Teve um dia que fui me hospedar um hotel, em Curitiba, cheguei pela manhã. Queriam me cobrar uma diária até meio-dia. Fui para outro hotel, que não cobrava. Então, Deputado Alexandre Curi, V. Exa. que é um defensor do Paraná, deveria ter um critério único. Quer dizer, o cidadão se hospedou, tem direito a ficar. O dia tem quantas horas? Tem 24 horas. Mas, para determinados hotéis, o dia tem só duas ou três horas, porque você tem que pagar diária até meio-dia. Do meio-dia para a frente, outra diária. Isto é um absurdo! Não podemos concordar!

Para terminar, queremos registrar a presença dos Vereadores Mirins e Ibiporã, preocupados com o progresso e, com os problemas da Cidade de Ibiporã. Interessante a preocupação destes jovens adolescentes, que estão aqui acompanhados dos Vereadores João Colonesi, João Aldair Perisson, Edivaldo Rodrigues, Mariséia Sá, Maria Romana, Carlos Pauletti, Toninho do Padro, professora e diretora do Colégio Estadual Jardim São Rafael, Rosângela Ber. É o projeto Vereadores Mirins de Ibiporã.

Estou feliz com a presença de vocês. Quem sabe nas galerias há alguém que, de fato, um dia vai ser Vereador eleito pelo povo, uma Vereadora, uma Deputada, um Deputado, um Prefeito, um Governador do Paraná, um Presidente da República, por que não? O Lula, quando tinha a idade de vocês, nunca imaginou que um dia seria

Presidente. Agora, para chegar à vida pública é importante que a pessoa tenha vontade de conhecer os problemas da sua Cidade, como os Vereadores Mirins da Cidade de Ibiporã, que é uma Cidade que amamos, um povo trabalhador, uma grande Cidade. Sejam bem-vindos, Vereadores Mirins. Uma boa estada em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos semana passada a visita - mais do que uma visita - o processo de verificação do Judiciário feita aqui no Paraná, feita pelo CNJ. E entre outras sugestões dadas pelo CNJ, claro que há uma série de contradições, mas dentre as sugestões, uma nos é bastante específica, que é a questão vinculada à demora dos julgamentos, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. que sempre tem acompanhado a demora nos julgamentos, mais de 100 dias em sentenças que poderiam ser dadas, o problema com cartórios que temos no Paraná. E já é histórico. Aliás, há em todos os jornais denúncias que foram apresentadas ao CNJ, de uma única pessoa ter, direta ou indiretamente, mais de um, dois, três, cartórios no Estado do Paraná.

E tudo isso me remete, Sr. Presidente, a uma questão que já venho debatendo há algum tempo, e justamente por isso uso a tribuna na tarde de hoje, que é a bandeira que nós todos aqui da Assembleia Legislativa, e Deputados de uma forma geral, temos levantado, que é a questão - inclusive apontada para o CNJ - da necessidade de termos a Defensoria Pública do Estado do Paraná. E para isto, além da Defensoria Pública reduzir a violência de forma geral em todas as Comarcas onde ela está instalada, locais, Estados onde está instalada, temos também uma quantidade enorme de ganhos, talvez a CNJ justamente por isso aponte a necessidade de termos a Defensoria Pública, temos um ganho enorme. Antes de ajuizarmos determinadas ações podemos chegar às partes em questão, poderem chegar a acordo antes mesmo de serem julgados os processos.

Acredito que por isso, mais do que em qualquer outro momento, este seja o momento ímpar que temos na Assembleia Legislativa. Vamos apresentar aqui uma emenda coletiva, para que o Estado do Paraná, ano que vem, possa dotar um determinado valor de recursos, provavelmente em torno de R\$ 10 milhões, para que possamos ter no próximo período desse mesmo Governador, recursos suficientes para instalarmos a Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Desde já faço um convite a todos Deputados que queiram assinar uma emenda coletiva de todos os Partidos, para que possamos ter condições políticas de gestinar junto ao Governador Requião, junto ao futuro

Governador, se o Governador Requião se licenciar, e quando o Vice-Governador Orlando Pessuti assumir, para que tanto o Governador Requião como o Orlando Pessuti possam ter a sensibilidade, obviamente, para os recursos necessários para iniciarmos esse debate de uma forma mais concreta, mais real, e termos, de fato, condições de instalarmos uma Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Não é possível, mesmo depois de a CNJ ter passado por aqui, que ainda não conseguimos entender o quanto que a Defensoria Pública no nosso Estado irá reduzir as demandas que temos e o acesso dos mais pobres à Justiça. E falo isso porque é preciso virmos sempre à tribuna para repetir.

Temos hoje, no Paraná, na Defensoria Pública, mais de 250 mil processos. Temos uma única universidade no seu escritório jurídico, que é na verdade um escritório que faz o aprendizado dos alunos do 5º ano, 15 mil processos. E são alunos que vão certamente, agora em dezembro, no término, vão concluir a sua faculdade, vão sair da faculdade, esses processos continuarão e no ano que vem terão novamente que ser iniciados por outra pessoa. E muitas vezes sabemos que isso passa de mão em mão, e não tem solução.

Sei que alguns Deputados aqui têm acompanhado esse processo, o Deputado Rossoni sabe, na sua região, Bituruna, União da Vitória, se tivéssemos uma Defensoria Pública naquela região, quanto estaríamos beneficiando a região como um todo.

Quero insistir que esse não é um projeto de um partido, não é um projeto de um Deputado, muito menos, obviamente, mas é um projeto que a Assembleia Legislativa, como um todo, pode encampar. Pode ser que daqui a seis meses, daqui a um ano, três anos, tenhamos Defensoria Pública, Sr. Presidente, mas tenho certeza que aqueles que estiverem aqui nos próximos quatro anos, a partir do ano que vem, ao término dos quatro anos, assim como V. Exa., Sr. Presidente, e outros Deputados aqui, fizeram um processo de modernização na Assembleia, e que muitos não acreditavam, eu inclusive muitas vezes fiquei em dúvida se seria possível, concluirmos tudo aquilo que era colocado. Hoje coloco uma questão que para nós é um desafio: nós temos, em quatro anos, um processo que nos coloque junto aos demais Estados do Brasil, com exceção de Santa Catarina, na condição de darmos aos demais pobres também o acesso à Justiça.

E quero aqui, por último, Sr. Presidente, fazer um registro; talvez ao término do dia tenhamos a eleição da OAB, tenhamos pela primeira vez um Presidente da OAB, subseção do Estado do Paraná, eleito, e que é da Cidade de Porto União, mas que assumiu União da Vitória, que é a minha Cidade e de tantos Deputados aqui, Deputado Rossoni, que no dia de hoje nós tenhamos um Presidente eleito e que esse Presidente possa ser de União da Vitória nos próximos anos.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente saudar os estudantes de Ibioporã, que vêm abrilhantar a Sessão na tarde de hoje com um projeto chamado Vereadores Mirins. Parabéns a vocês por estarem aqui. Continuem estudando, acreditando na cidadania, participando da vida democrática do País. Eu, quando tinha a idade de vocês, o Brasil vivia num regime autoritário, e hoje felizmente vivemos a política democrática institucional. Então, parabéns a vocês e aos seus professores, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido em Ibioporã

Queria conclamar a todos os Deputados a participar de uma Audiência Pública amanhã, a partir das 9h aqui neste plenário, sobre a Universidade do Litoral do Paraná - Projetos e Desafios.

Vamos ter aqui neste plenário não só o Reitor-Diretor da universidade, professor Valdo Cavallet, pessoa por quem temos o maior respeito há muito tempo, um agrônomo, cientista, um abnegado e apaixonado pelas questões da Universidade do Litoral do Paraná, mas também vários professores e muitos alunos discutindo na Assembleia Legislativa com a Comissão de Educação, a qual presido, os projetos e desafios da Universidade do Litoral. É uma universidade diferente, comprometida com o desenvolvimento do Litoral, que é uma região que tem muitos problemas. Uma universidade que nasce de um conceito teórico, com uma perspectiva diferente. Os cursos são completamente voltados para o desenvolvimento regional, ligados à realidade do Litoral paranaense. Muda-se o método de ensinar, não é por disciplinas, não é departamentalizado com as outras instituições de ensino. Poderia dizer uma universidade revolucionária. São vários cursos de graduação, cursos superiores de tecnologia, ensino médio integrado, cursos técnicos de 2º grau e pós graduação.

A primeira fase é chamada de Conhecer e Compreender, ou seja, uma espécie de imersão dos alunos na realidade do Litoral e naquele setor pelo qual eles foram aprovados para fazer o curso, na área da saúde, ecologia, pesca e assim por diante. Os alunos vão conhecer o problema, ou seja, a ideia de que a parte traz dentro de si o todo, o singular, se você se aprofunda nele você tem o universal e encontra a categoria científica do particular, que está na arte, na ciência.

Depois de compreender é propor uma solução para um problema concreto, por exemplo: temos uma vila de pescadores e ali vai ser o universo do problema, o saneamento básico, a construção das casas, água, esgoto, assim

por diante, e a partir daí os alunos vão construindo para resolver essa problemática concreta. vão construindo saber, estudando alguns modos ligados àquela área que estão propondo uma solução.

E a terceira fase, que vai de um a dois semestres, Propor e Agir. Semanalmente os alunos têm os fundamentos teóricos práticos de um a três dias; projetos concretos que eles discutem um a dois dias; interações culturais e humanísticas por ter visão universal do problema, aluno de um curso interage com aluno de outro curso um a dois dias por semana. A avaliação é processual, não é por prova, é por trabalhos, é uma avaliação completa. É um projeto novo e muito bonito. A universidade é movida por sentimento, por paixão, por amor ao Litoral, e está contribuindo muito com o desenvolvimento do Litoral do Paraná.

Por isso, estamos conclamando todos os Deputados, falei com o Deputado Mario Roque, para vir conhecer essa experiência tão importante.

Aproveitando, vamos discutir também um projeto de minha autoria, que votemos esse projeto, pois estabelece que os estudantes da Universidade do Litoral podem usar o ferry-boat gratuitamente quando se dirigem de Matinhos a Guaratuba para fazer trabalhos da universidade. Porque está contribuindo com o desenvolvimento daqueles Municípios.

Insisto para que todos compareçam, pois é de extraordinária importância para o Litoral.

Hoje o PT, partido que lidero nesta Casa com muita honra, tem uma inserção forte no Litoral paranaense. Elegemos o Prefeito em Matinhos; o Prefeito em Morretes, elegemos dois Vereadores; elegemos Vereadores em Pontal do Paraná, participamos do Governo em Pontal do Paraná; elegemos um Vereador, com uma votação muito boa, em Guaratuba e participamos também do Governo; Antonina temos uma Vereadora e participamos também do Governo. participamos também do Governo de Paranaguá, temos inserção em todo Litoral. Vão estar presentes alguns Vereadores. Estamos conclamando a todos os Vereadores do Litoral para que venham aqui, convidamos os Prefeitos também, porque o Litoral vive um momento político de renovação intensa, um projeto de agregação de todas as lideranças de todos os Municípios, para o desenvolvimento sistemático e sustentável do Litoral. A universidade tem um papel muito importante. Conclamo a todos os senhores que participem dessa Audiência, que começa às 9h da manhã, aqui nesta Casa.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Falando do Litoral, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos falar de pescadores artesanais; podemos falar dos cipozeiros e das cipozeiras de Guaratuba, da divisa do Paraná com Santa Catarina; e podemos falar das comunidades tradicionais. É uma luta que vem se desenvolvendo há bastante tempo. Coordenamos a

Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais. Este é um debate complexo. Alguns dias atrás, por exemplo, tivemos o Deputado Elio Rusch questionando a questão dos quilombolas numa região do Paraná, assim como o Deputado Fernando Scanavaca. Sem dúvida é um debate que vai se aprofundar em todo Brasil.

Esta frente é organizada, representada por vários movimentos que compõem a chamada Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná; Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses; a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná; a Articulação dos Povos Indígenas do Sul; o Movimento Interestadual das Cipozeiras e Cipozeiros; o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná; o Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná; o Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana; o Movimento Aprendizes da Sabedoria; e a Associação Brasileira dos Ciganos no Paraná. Esse movimento está muito consistente. Recentemente estive em Faxinal do Céu, numa grande reunião, que agregou todos esses povos e representantes deles.

Há uma luta que estamos acompanhando de criar, no Paraná, uma comissão para estabelecer a política paranaense dos povos e comunidades tradicionais, inclusive, tenho em minhas mãos uma proposta de decreto para o Governador Roberto Requião, que foi formulada pelo próprio movimento social que representa os povos tradicionais e que tem uma similaridade com a política do Governo Federal. Já está implantada na legislação, existe uma comissão paritária responsável pela implantação e o desenvolvimento dessa política para o Brasil. Queremos que seja criada, no Paraná, por decreto governamental, uma comissão paritária em que participem os segmentos dos representantes dos povos e comunidades tradicionais que acabei de ler. E 50% da Comissão é formada por representantes do Governo do Estado.

Fizemos várias reuniões com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretário Nizan; também com o Procurador Geral do Estado do Paraná, Dr. Mareze. Estamos nos preparando para terça-feira que vem, na Escola de Governo, essas representações e entidades apresentarão um vídeo e falarem sobre a problemática que aflige, que atinge os povos e comunidades tradicionais do Paraná, e essa nova dimensão de ação que está acontecendo em todo Brasil.

Sabemos que o quilombola é uma política afirmativa, assim como a cota. O Brasil tem uma dívida com os negros, porque foi um dos últimos Países do mundo a libertar os negros da escravidão. Quando aconteceu a abolição da escravidão os negros ficaram libertos, mas ao Deus dará, sem ter um pedaço de terra, sem ter salário, sem ter emprego.

Existem alguns sociólogos que falam do cativo da terra, ou seja, o Governo brasileiro imperial preparou a abolição da seguinte forma: quando havia a escravidão, a terra era prisioneira, ou seja, para alguém adquirir um pedaço de terra tinha que comprar a terra. Como o negro

escravo nada tinha, não tinha condições de comprar a terra - aliás, quando havia abolição, quando o escravo era prisioneiro, a terra era livre, ou seja, as pessoas chegavam na terra e tomavam conta dela sem pagar nada, como o negro era escravo não podia ter terra porque era escravo - quando foi preparada a abolição, a terra passou ser prisioneira, ou seja, o império brasileiro pensou o seguinte: "...bom, se abolirmos a escravidão e a terra continuar livre, os escravos vão lá e tomam conta da terra, tomam posse, e passam a ser os proprietários. Isso não pode acontecer, porque daí não vamos ter, no futuro, pessoas dispostas a trabalhar, assalariados como operários, ou como parceiros, assim por diante."

Então, o Estado Brasileiro criou a Lei de Terras antes da abolição. E a terra, a partir dessa Lei de terras, que foi em 1850, só podia ser comprada, ser adquirida, mediante compra. Ou seja, quando os escravos ficavam livres, eles não tinham o que fazer, não podiam pegar uma terra, e foram trazidos os brancos, os imigrantes poloneses, ucranianos, para a Região Sul, para as pequenas propriedades.

Então, a situação dos negros ficou muito grave, tanto que até hoje tem consequências disso, todas as estatísticas mostram que os negros são os pobres entre os pobres, todas as estatísticas. A mulher negra ganha menos do que a mulher branca, tem menos acesso a emprego, muito menos. O homem negro ganha menos, o nível de escolaridade é menor. Por isso, aqueles que defendem as cotas, defendem ações afirmativas, entendem que é uma forma da sociedade brasileira pagar uma parte apenas da dívida histórica que têm com o povo negro e seus descendentes.

Então, essa questão da dívida social histórica, a questão antropológica, vai justificar que o Estado Brasileiro tem que resgatar a questão dos quilombolas, é um exemplo. E esse debate é duro, porque envolve muitos interesses, inclusive na questão da terra. Sempre envolve, mas é um debate que tem que ser travado, com espírito aberto, com profundidade. Assim também como os outros povos de comunidades tradicionais, eles entram em conflitos com a sociedade dominante, que é a sociedade capitalista, porque para a sociedade capitalista tudo se reduz à condição de mercadorias.

A lógica, muito profunda, do capital, não aceita qualquer lógica contrária. Por exemplo, nos faxinais é uma lógica coletiva. Os faxinais paranaenses que cobriram imensas partes do nosso território no passado ainda permanecem com a prática do criadouro comunitário. Ou seja, as pessoas, historicamente, tinham um pedaço de terra, doaram um pedaço para ser uma terra coletiva, onde os animais eram criados em comunidades, são ainda, e por ser uma terra coletiva, o meio ambiente foi preservado, a araucária foi preservada, a erva-mate nativa. E à margem desse criadouro, as pessoas têm suas propriedades particulares onde cultivam a agricultura.

Ora, o capitalismo não quer isso, porque é um entrave à sua expansão; ele quer que as pessoas tenham

liberdade para vender como mercadoria a sua terra. O Faxinal tem conflito com esse interesse. E aí começam os conflitos, os problemas. Foi morto um faxinalense, em São Mateus do Sul, que estava denunciando um proprietário que estava cortando uma araucária. E assim começa o conflito entre os próprios faxinalenses.

Então, é uma luta muito difícil, muito complexa, mas de extraordinária importância. E para que possamos preservar o nosso patrimônio cultural, queremos um mundo democrático, onde várias formas de produção, de relações sociais, possam conviver com uma certa harmonia, assim como os pescadores tradicionais, artesanais, que têm sérios problemas de sobrevivência; assim como as cipozeiras do Litoral, que não precisam da propriedade da terra, mas elas querem ter acesso livre à terra, sem serem proprietárias, para colherem o cipó, através do qual produzem o artesanato para a sua sobrevivência.

Então, é um trabalho muito complexo, mas muito interessante, que preserva o nosso patrimônio cultural, material, ambiental, e que estamos desenvolvendo. E começamos agora um novo estágio de desenvolvimento com essa apresentação na Escola de Governo e com essa conversa com o Governador para que ele assine o decreto ou transformemos em lei por esta Casa, para criar uma política de apoio aos povos e comunidades tradicionais do Paraná.

Eram esses os assuntos que eu teria para a tarde hoje. E conclamo mais uma vez aos Deputados para comparecerem amanhã na Audiência Pública da Universidade do Litoral, Projetos e Desafios, a partir das 9h da manhã, neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero registrar, aliás, já foi registrada oficialmente a visita dos Vereadores Mirins de Ibiporã, juntamente com o Presidente da Câmara, que fazem um projeto maravilhoso, que é o Vereador Mirim. Tínhamos aqui na Assembleia Legislativa o Parlamentar do Futuro, um projeto que tem que ser reativado e é muito importante, que faz com que despertemos nos jovens o interesse pela política. Esses jovens estão aqui na Casa hoje, desde cedo. Eles visitaram os gabinetes, algumas Comissões Permanentes, passearam por Curitiba, almoçaram na Assembleia e estão assistindo à Sessão Plenária. É algo que nós, Deputados, temos que incentivar em todas as regiões. Isso é muito importante e é compromisso desta Casa, que escancaremos definitivamente as portas da Assembleia para a sociedade. Aquela história de que o Brasil é o País do futuro é mentira. Porque não existe futuro sem presente. O Brasil é o País do presente e o presente é esta moçada.

Registrar que vieram acompanhados do Presidente da Câmara, João Odair, o João Toledo, Toninho do Prado, Edivaldo Rodrigues, Maricélia Sá e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Luiz Carlos Pauleti. Sejam bem-vindos a esta Casa e podem dispor dos Parla-

mentares, aqui, porque vocês têm os representantes das diversas regiões.

Teremos a oportunidade de ouvir, por alguns minutos, a Srta. Adriane de Almeida Marcondes, que vai usar a tribuna pela primeira vez. Nós já fizemos isso muitas vezes. Posso dizer que é um privilégio muito grande ouvirmos neste instante a aluna Adriane.

(Aplausos)

Srta. Adriane de Almeida Marcondes

A SRTA. ADRIANE DE ALMEIDA MARCONDES

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, nobres Deputados e Deputadas aqui presentes.

(Lê):

“Fui escolhida entre meus Pares da Câmara Mirim de Ibiporã para dirigir uma mensagem aos senhores.

Sentimos-nos honrados e emocionados em ocuparmos esta tribuna para deixarmos registrada nesta tarde nossa passagem por este valoroso Parlamento, palco de decisões que incidem na vida dos paranaenses.

Temos orgulho em fazer parte do Projeto Câmara Mirim da Câmara Municipal de Ibiporã. Este projeto foi criado em 1997, por iniciativa dos Vereadores João Coloniezi e Lourdes Narcizo. Hoje estamos aqui presentes representando a 11ª e a 12ª Legislatura Mirim de Ibiporã, em companhia dos Vereadores: João Coloniezi, Maricélia Sá, Edivaldo Rodrigues, Antonio do Prado, Carlos Gilberto Pauleti, Maria Romana e também da diretora da escola professora Rosangela Ber.

Este projeto, senhoras e senhores, é um instrumento que complementa a educação, exercita a cidadania e prepara estudantes, como eu e meus colegas, para entendermos as relações e o convívio do cidadão para com as instituições públicas, além de preparar para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Após permanecer pelo período de um ano na Câmara Mirim, o conceito que tínhamos da polícia e dos políticos nunca mais será o mesmo. Aprendemos que, como tudo nesta vida, há políticos bons e políticos ruins, e que nós, o povo, somos os responsáveis pela escolha de nossos representantes. Sabemos que a política está presente na nossa vida em tudo, desde o asfalto e o esgoto do meu bairro, a luz, a escola, o posto de saúde, enfim, até os tratados internacionais firmados pelo Governo Federal. Daí a importância do nosso voto e a grande responsabilidade dos senhores e senhoras.

Sr. Presidente, somos jovens e portadores da esperança de um Brasil melhor. Acreditamos em nosso País. As notícias mostram que o País avança como um gigante, as desigualdades diminuem, o povo passa a ter mais acesso aos bens de consumo e de saber.

Sonhamos com uma sociedade em que todos, em especial os jovens, tenham garantido acesso igual aos bens culturais, educacionais e sociais. Sonhamos com um País que avance, não somente nos números da balança

comercial, mas também na qualidade de vida de sua gente.

Sonhamos, Srs. Deputados e Srs. Deputadas, com legisladores comprometidos com a verdade em nosso País. Acreditamos, nobres colegas legisladores, que grande parcela dessa solução está nas mãos de V. Exas. Queremos pedir que sejam implacáveis no combate à corrupção histórica que assola a Administração Pública brasileira. Que os senhores sejam parceiros na construção de uma nova ordem na política nacional, onde prevaleça verdadeiramente o compromisso com a ética, a moral, a honestidade e os bons costumes.

Pedimos que utilizem o peso de vossos mandatos para, de fato, cuidar dos interesses e dos anseios daqueles que não têm vez nem voz, retratados nas minorias raciais, nos indígenas, nas mulheres, nas crianças e nos adolescentes. Que os senhores lutem para garantir uma democracia substantiva, construtiva, participativa e progressista.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer novamente a oportunidade que nos foi concedida em utilizar esta tribuna e dizer que nós, Vereadores Mirins do Município de Ibiporã, sonhamos com essas mudanças e que estaremos vigilantes para que elas ocorram.

Muito obrigada.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns e muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, peço pela ordem para cumprimentar a V. Exa. Foi emocionante ver a nossa estudante nesta tribuna, do Município de Ibiporã, e saber que foi V. Exa., na legislatura anterior, que criou esse sistema. Lembro-me muito bem quando V. Exa., de forma entusiástica, implantou aqui na Assembleia Legislativa e trouxe alguns Municípios. Essa ideia realmente prosperou. V. Exa. pode colocar no seu acervo político essa belíssima iniciativa que é de chamar a juventude para que participem, efetivamente da política e sobretudo conheça as ações do Poder Legislativo. Certamente o País será muito melhor quando a população praticar na plenitude os atos e participar ativamente das ações dos administradores públicos.

Portanto, Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. por esta grandiosa iniciativa que vejo prosperar no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Só para justificar, o Professor Lemos está indo para Foz do Iguaçu, numa Audiência Pública, para discutir a emenda constitucional dos subsídios dos policiais militares.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Cumprimentar aqui os Vereadores Mirins de Ibiporã, e dizer que eles podem fiscalizar o Prefeito lá, o Zé Maria. Foi Deputado conosco aqui, é um dos grandes Deputados que passou por este Parlamento. Temos saudades, que com a sua presença, experiência, nos ajudava, sempre presente nas reuniões.

Parabéns aos jovens, e só lamentamos que estão acabando no País as lideranças dos grêmios estudantis. Não sei o que acontece. Já não se tem mais os atuantes grêmios estudantis do passado. As escolas não fomentam mais a liderança e é nesses debates escolares que nascem os grandes líderes deste País. Ao longo dos últimos anos, tem diminuído. Precisava que o Estado fizesse isso, as escolas, os diretores, incentivassem os grêmios estudantis para formarem os líderes já nas salas de aulas. Acho muito importante. Eu fui presidente de um grêmio estudantil e lá comecei a minha rebeldia política, brigando com diretor, enfrentando todo mundo, sempre brigando em favor dos companheiros da escola.

Acho importante que o Estado do Paraná reative esse momento, de desde cedo incentivar os jovens, como faz a Câmara Municipal de Ibiporã, que recebe os nossos elogios aqui.

Mas, aproveitando em falar de Direito hoje, eu vi quando o Deputado Tadeu Veneri falar sobre o CNJ, falou sobre cartórios, falou de diversos assuntos relacionados ao Poder Judiciário. Quero contribuir dizendo que nesta Audiência do CNJ eu fiz um encaminhamento, protocolado, onde como Deputado, como cidadão, coloquei ao Conselho Nacional de Justiça o que penso de algumas atitudes que aqui estive, que parece que se assustou com o que viu, possa levar adiante aquele pedido que fiz.

É bom lembrar, Deputado Tadeu, que a maioria daquilo que foi falado na Audiência Pública do CNJ, tudo foi debatido nesta Casa. Eu venho debatendo, desde o início deste mandato, algumas atitudes do Poder Judiciário do Estado do Paraná, entre elas o negócio dos cartórios. Propusemos até uma CPI, que depois não se realizou, em função que alguns retiraram a assinatura. A maior bronca são os cartórios.

Falamos de superfaturamento, um Prefeito, Deputados Belinati, Dobrandino, Roque, quem já foi Prefeito, se comete um erro, um pequeno erro, o Ministério Público imediatamente aciona o Prefeito e quer aplicar nele aquilo que ele chama de improbidade administrativa. Muitas vezes o Prefeito não cometeu erro algum para com o Município, mas alguns promotores, que interpre-

tam a lei através da mídia, preferem interpelar os ex-Prefeitos dizendo que para qualquer atitude aplica-se a lei: improbidade administrativa. Aí vem para o Juiz de 1ª instância, e quando o Juiz, que sabe o que representa improbidade, sabe analisar, sabe interpretar a lei, ele geralmente não recebe a ação, ou recebe e depois julga que a ação não procede, e mesmo recebendo a ação ele a faz tramitar para ouvir mais testemunhas, buscar documentos e conclui que o administrador público não cometeu aquilo que chama de improbidade, que causou dolo ao erário público.

Aí se vê dois pesos e duas medidas. O Ministério Público, que é o guardião da lei, por qualquer coisinha, para qualquer atitude, ele executa os Prefeitos, qualquer falta de qualquer coisinha é motivo para se abrir uma ação, pedir a cassação do Prefeito, bens disponíveis e um monte de coisa. Mas e quando o Ministério Público faz a mesma coisa? Eu pergunto à sociedade paranaense e aos Srs. Deputados: e quando o Ministério Público comete erros piores do que os Prefeitos do Estado do Paraná?

Tenho em minha mão um documento, que farei chegar ao Ministério Público, em que quero indagar ao Procurador Geral do Estado, através desse documento que veio de informações que captei, de informações oficiais, de documentos, e provo, Srs. Prefeitos do Paraná, que o Ministério Público já cometeu improbidade administrativa, através de atos documentados aqui neste documento que farei chegar às mãos do Procurador Geral de Justiça do Estado, para que o Dr. Olympio me responda se ele acha justo que, em qualquer momento, em qualquer erro do Prefeito ele possa canetear e protocolar uma ação civil pública. Mas quando ele, Ministério Público, comete o mesmo erro que os Prefeitos, por que é que não tem ação? Está aqui o documento e faço questão de protocolar ao Ministério Público. O Ministério Público descumpre o que ele obriga os Prefeitos a cumprir. Quando um Prefeito erra, esqueceu o empenho, fez uma propaganda que ele acha que não é legal, esqueceu de uma lei, adiantou não sei o quê, nada que tenha dolo; e os erros que o Ministério Público comete, será que poderiam ser enquadrados da mesma forma que os Prefeitos são enquadrados? Improbidade, ação civil pública, ação penal, será que cabe isso?

É isso que quero saber do Tribunal de Justiça. Como quero saber como o Tribunal de Justiça sente-se ao julgar uma ação contra um Prefeito em que ele diz que o Prefeito deixou de colocar um documento num processo. E que isso é improbidade administrativa. Mas e o superfaturamento da obra do Tribunal de Justiça, que no documento apresentado da obra do Tribunal de Justiça, que no documento apresentado por membros do Poder Judiciário fala em desvio de verba, fala que recursos foram superfaturados, perícias feitas por Desembargadores, que eu recebi e que daí vejo o Tribunal de Justiça dizer que não é crime. Quando envolve o Poder Judiciário não é crime. Aí o Poder Judiciário manda arquivar e diz que não houve nada de errado, que uma obra que era para custar 28 milhões,

custou 45 milhões. Não há crime, isso está documentado. Por que esses dois pesos e essas duas medidas? Porque o Ministério Público, antes de propor uma ação, não devidamente toma como procedência a investigação, como alguns promotores fazem? É preciso dizer isso, alguns promotores abrem uma investigação antes de propor a ação. Ele tem o direito de ir lá na Prefeitura e dizer: “Mande o documento A, B e C”. O Prefeito tem que mandar. Aí ele pega os documentos, recebe os documentos - e ele é formado, tem que entender a lei - ele pega o documento e diz: “Não compete fazer a ação Pública”. Mas deixou uma brechinha, e muitas vezes cobrado pela mídia, acaba propondo ação. E depois a ação termina dizendo que não é procedente, ou que o cidadão não cometeu nada. Mas aí a imprensa já disse: “Prefeito é cassado, perdeu os direitos políticos e pode ficar inelegível”. E quando o Prefeito ganha, a mídia não se lembra mais do caso. A Globo dá na primeira página: “Deputado vai ser cassado”. E quando você ganha a ação eles não lembram de dizer: “Olha, ele ganhou a ação, que fizemos a confusão lá atrás.” Eles não dão a mesma proporção dizendo que o Prefeito foi absolvido, que ele ganhou aquele caso. Não dão por que? De vergonha da má notícia produzida? Ou porque são sem-vergonha mesmo?

Meus discursos aqui não andam, a imprensa não quer falar disso, porque tem o rabo preso com o Tribunal de Justiça. Às vezes o jornalista quer escrever, aí chega o patrão e diz: “Não podemos mexer com o Judiciário. Dá uma segurada, temos uns negócios a tratar”. O jornalista escreve uma baita de uma matéria, chega no editor e fala. “Isso aqui mexe com gente gráuda”. Vai falar com o patrão: “Patrão, olhe.” E ele diz: “Não, temos negócios lá, temos coisas para resolver, segura, isso não dá.” Quando falo desses poderes eu sei que tem até assessores que são pagos para dizer: “Não deixa o Jocelito falar de Justiça, ele está falando em causa própria”. Dessa escola, apesar de não ter estudado, fui expulso faz 40 anos.

Vou protocolar isso ao Dr. Olympio. Ele é um cara sério, mas quero indagá-lo sobre isso aqui. Se o Prefeito comete meio erro, ação; se o Ministério Público comete 10 erros não tem nada; se o Tribunal de Justiça superfatura uma obra, passa-se por cima, não tem nada, não aconteceu nada.

FUNREJUS não tem prestação de contas que estão num banco particular. Imagina se o Prefeito não fizer licitação para fazer um prédio? Imagina se o Prefeito deixar de fazer licitação para uma escola, para um posto de saúde? Imagina se o Prefeito não fizer uma licitação para o projeto daquela obra o que dá? Ação civil pública, penal, criminal, bens indisponíveis, até falou em prisão. O Tribunal de Justiça pode não fazer uma obra, não fazer projeto, não licitar, mas não dá nada. Se o Prefeito lá do interior ousar fazer isso, é criminoso, é bandido. O Ministério Público, por qualquer coisa mete ação nos Prefeitos, mas ele comete os mesmos erros ou piores.

URV paga sem precatório. Semana passada, aqui, fomos acionados todos os ex-Prefeitos por suposto paga-

mento irregular dos precatórios. Está ação andando aí, há uma fileira de Deputados que vão ser ouvidos, vai começar o processo. Agora, o Ministério Público pode pagar URV 12 milhões e não tem problema nenhum.

Precisava falar isso, porque não tenho medo dessa gente. Podem continuar fazendo ação, não me preocupo com eles, porque acima deles está Deus. E Deus está vendo o que eles estão fazendo. Mas ainda há pessoas maravilhosas no Ministério Público e no Poder Judiciário. Eu não generalizo, nunca, jamais, até porque não gosto disso. Tem muita gente boa no Poder Judiciário, no Ministério Público, tem gente boa, decente, que merece usar o símbolo para poder julgar alguém da responsabilidade.

Esta semana, para terminar, numa ação minha, lá em Ponta Grossa, lá de trás, o Prefeito Jocelito concedeu direito à uma famosa empresa de Ponta Grossa para ela ter os direitos de asfalto para progredir como progrediu, visão de futuro, geração de impostos e de empregos. E não estava errado.

O Ministério Público fez ação. Daí o Juiz não recebeu em 1ª instância. O Ministro Público recorreu para Curitiba. Curitiba fez uma salada de meio de campo aqui. Fizeram um negócio que não existe no Direito e devolveram o processo para o Juiz. Daí o Juiz, lá em Ponta Grossa, termina dizendo que tem que aplicar uma pena ao Ministério Público. O Juiz diz aqui. O promotor público deve ser enquadrado no artigo 28 do Código de Processo Penal, determinado ao Ministério Público Estadual que substitua o promotor, porque ele está a perseguir alguém. Está aqui, está assinado.

Isso eu já sabia faz muito tempo, muitos anos. O pior é que isso veio daqui de Curitiba, veio em 2000, lá de trás, quando forças do Ministério Público Estadual eram mandados fazer. Alguém mandava fazer. Quem mandava fazer? o tubarão aqui do Palácio Iguaçu, o já falecido, politicamente, Jaime Lerner.

Agora está se abraçando com o Beto Richa. Avisar o Beto, não pega bem para ele. Porque daqui a pouco o Paraná vai pensar que o Beto está se enturmando com esse time. Esse time não pega bem para um guri jovem, que se diz moderno, novinho, que vai mudar o Paraná. Não se misture com esse tipo de coisa, que vai acabar sobrando para você, Beto Richa. Cuidado Beto! Cuidado! o BANESTADO está por si, não precisamos nem falar do BANESTADO.

Termino o meu comentário hoje, com coragem, com determinação, e espero que o Judiciário e o Ministério Público sejam assim, não diferentes, dois pesos e duas medidas de acordo com o cidadão. Tem que haver o respeito para com a lei. A lei deve ser respeitada, não a vontade de alguns.

O PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna da Oposição para falar sobre a CPI do lixo, a CPI das licenças ambientais, que foi protocolada na semana com 19 assinaturas dos Deputados aqui desta Assembleia.

Antes de abordar esse assunto, infelizmente vou ter que ler um trecho de uma crítica, talvez uma das críticas mais ácidas que eu, como Parlamentar, recebi nesses três anos. Normalmente não faço isso na tribuna. Acompanho todos os colonistas e não reproduzo na íntegra, mas pelo menos o primeiro trecho eu vou fazer isso. Porque Dra. Ligia, Deputado Rossoni, infelizmente isso me tocou. A coluna da Gazeta do Povo do Celso Nascimento: *Dr. Jeckill e Mr. Hyde na política do Paraná.*

Está tudo tão estranho, mas talvez não mais estranho do que a especial ligação entre o Dr. Jeckill e Mr. Hyde - o médico e o monstro, o criador e a criatura. O fato é que a Situação e Oposição no Paraná estão assim vivendo uma crise de identidade. Tal que os comuns mortais não conseguem distinguir entre elas quem é Dr. Jeckill e quem é Mr. Hyde, e quem cumpre o papel de quem.

O Sr. Celso Nascimento, na verdade, fez uma dura crítica a todos os políticos, tanto os de Situação, quanto a nós políticos de Oposição.

Sempre tive comigo o ensinamento que um grande estadista, um grande político, precisa ter, acima de tudo, coerência em seus discursos e em seus atos como uma pessoa simples falou, no interior: "O bom político é aquele que é previsível". Mas previsível no bom sentido da palavra. Temos que saber o que ele pensa, como ele vai agir, ou na Câmara Municipal, ou como Prefeito, ou como Deputado, ou como Governador.

Sempre subi a essa tribuna com a responsabilidade de ser opositor. A Oposição responsável é importantíssima para a democracia no mundo.

Quando Celso Nascimento fala que estamos vivendo uma crise de identidade até entendo, porque protocolei a CPI na semana passada com assinaturas de Deputados de Oposição e também com assinaturas de Deputados da Situação.

Pretendíamos abordar um assunto relevante que está na pauta dos principais jornais, da rede de TV das emissoras de rádio e não só nos meios de comunicação, entre os cidadãos. Está todo mundo falando sobre o problema do lixo no Estado do Paraná, o problema do Caximba, o problema do aterro de Ponta Grossa, as licenças ambientais que, infelizmente, ficam atrasadas e demoram até dois anos para serem liberadas, e muitas vezes recebem negativos, enquanto que de repente um aterro privado recebe uma licença ambiental a toque de caixa, em poucos dias.

Denúncias existem, dezenas, Deputado Cheida, o senhor que participou de Audiências Públicas na Cidade de Ponta Grossa ouviu e viu dezenas de pessoas fazendo uma série de denúncias.

Trouxe aqui vários artigos falando sobre licenças do IAP, até para o Governador Requião. Está aqui: *Para Requião, licença do IAP é irregular e tem que ser cassada*. O Governador está questionando a licença do IAP.

Quarenta e dois dias após o leilão da hidrelétrica do baixo Iguaçu. O Governador falou sobre isso. Problemas em Mandirituba, guerra no lixo do Paraná, mais denúncias contra o IAP e a SEMA, documento reservado.

Também fala sobre a possível negociação de licenças ambientais para a iniciativa privada para os aterros. Retrocesso na gestão de resíduos, protestos contra Vitor Hugo Burko - Presidente do IAP, em Maringá.

Pela segunda vez a Justiça com problema do aterro do Caximba. IBAMA oferecendo também ações contra licenças. Enfim, temos aqui dezenas de denúncias.

Perguntaram-me agora há pouco ali na imprensa: “Marcelo, o que você acha da CPI?” Isso é regimental, está na lei. A CPI é a maior ferramenta que o Parlamento tem para se apurar uma denúncia. Uma ou várias denúncias. É o maior instrumento que o Deputado, o Senador, o Vereador, tem para ampliar o debate, principalmente apurar se existem ou não as irregularidades.

Portanto, acho que abdicar, abrir mão deste instrumento na Assembleia Legislativa, na minha opinião, é um grande erro. Mas, protocolamos. E fui de cadeira em cadeira, conversando com cada Parlamentar que tinha vontade de discutir o assunto, de levar adiante, todos eles assinaram, por livre e espontânea vontade, mesmo os dois líderes sabendo que eu estava protocolando esta CPI. Falei com os Deputados Luiz Claudio Romanelli e com o Elio Rusch.

Presidente, subo à tribuna para dizer que gostaria muito que a Mesa Executiva iniciasse os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Entendo o posicionamento da Mesa Executiva. E o senhor disse, na segunda-feira, que as comissões também têm poder para convocação e podem fazer este tipo de investigação. Mas, como existe isto, regimentalmente, como cada Deputado tem esta prerrogativa de pedir a abertura de uma investigação parlamentar, acho que seria de bom tom da Casa dos paranaenses, realmente, fazer a abertura, através de uma ação parlamentar.

Temos cinco ou seis CPIs antigas, que estão desde o começo desta legislatura aguardando para serem instaladas. São CPIs que muitos dos Parlamentares, e até mesmo o Deputado Elio Rusch, em seu pronunciamento a um dos meios de comunicação, disse que também não tinha conhecimento dos teores dessas CPIs, porque foram protocoladas no início, antes mesmo, inclusive, do meu trabalho mais efetivo aqui na tribuna. Mas, este é o assunto de hoje.

Então, temos que deixar claro para os paranaenses se a Assembleia terá ou não CPIs. Não queremos mais CPIs nesta legislatura, somente na próxima legislatura teremos outras. Independente do assunto, porque o Governador Roberto Requião, na “escolinha”, acredito que na semana passada ou retrassada, pediu à Assembleia a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele fez o pedido. Inclusive aos Deputados da Oposição.

Então, se o Governador também quer a abertura de comissões parlamentares, se nós, como Deputados, temos o direito - como falei, prerrogativa - do Governo e da Oposição de fazer qualquer tipo de investigação, se temos este direito, por que nos privarmos? Porque na verdade é um direito da população.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Quero primeiramente parabenizá-lo pelo seu pronunciamento nesta tarde. E começando pela história do jornal que V. Exa. se manifestou, dizendo que de repente não dá para saber quem é Oposição ou quem é Situação, ou que está todo mundo misturado.

Primeiro, deixar claro ao colunista do jornal que tem Deputados que têm postura, sim, de Oposição, e são vários, firmes na Oposição, e naquela Oposição coerente, responsável. Se o projeto ou a ação beneficia a população, a Oposição sempre foi favorável. Todos os Deputados da Oposição. Agora, quando é para questionar, como V. Exa. está fazendo neste momento, nesta tribuna, também tem Deputados que questionam e que fazem Oposição. E quando V. Exa. questiona a necessidade de uma CPI para investigar um determinado tema, que a sociedade paranaense quer, V. Exa. está fazendo o papel importantíssimo da Oposição.

Sobre a outra situação, que fala o Governador Roberto Requião que quer que se instale uma CPI aqui, ou pelo menos queria, não sei hoje se quer, mas eu assisti a “escolinha” na minha casa, ele dizendo que iria pedir apoio dos Deputados da oposição para instalar uma CPI para investigar uma situação envolvendo o porto de Antonina, o porto de Paranaguá, envolvendo fundos de investimento da COPEL. Eu até disse na imprensa: concordo plenamente em fazer investigação. Se o Governador quiser CPI, ele tem aqui na Casa a maioria dos Deputados, são da base do Governo, é só eles protocolarem a CPI, e se precisarem do meu apoio, ou do apoio da Oposição, tenho certeza que todos nós vamos apoiar.

Aliás, para começar a investigar realmente a situação do porto de Paranaguá, e lembrando o Governador que um dos Líderes do porto foi o seu próprio irmão, e que com certeza seria um dos primeiros a ser investigado tendo uma CPI, a partir daí eu não vi mais o Governador falar em CPI. Agora, aqui na Casa também com relação a CPIs, desde que eu comecei aqui, e sou Deputado de primeiro mandato, muita coisa aprendendo, e mesmo que tivesse 10 mandatos tenho certeza que ainda estaria

aprendendo muita coisa, me parece que CPI não ganha força aqui dentro, me parece, quando se fala em CPI algumas pessoas preferem: “Não, veja bem, acho melhor não, não é o melhor caminho”. Mas é uma ferramenta que a Casa tem o dever de implantar, para investigar quando acontece alguma denúncia.

Então, V. Exa. conseguiu as 19 assinaturas para protocolar esse pedido aqui na Casa, são 19 Deputados que apoiaram V. Exa. nesse ponto, e dizer o seguinte: que aqui na Casa tem Deputados de Oposição e tem Deputados de Situação. Nesse caso particularmente eu fui um dos Deputados que assinei com V. Exa. esse pedido de instalação de CPI para investigar. Quando se fala em CPI você está querendo investigar, você não está afirmando: “Olha, está totalmente errado” Não. Vamos investigar. Só que infelizmente estou vendo uma imagem negativa quando nós aqui não queremos, às vezes, implantar a CPI, ou investigar. Dá essas notícias de jornal. Assim como aconteceu lá no Congresso Nacional, com a CPI que o Senador Álvaro Dias lutou tanto para que ela fosse implantada, e que a base governista do Lula fez com que a CPI se esvaziasse, e lá na PETROBRAS nada se investigasse, o que é ruim para a população.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputado Douglas. O senhor foi signatário, assim como o Deputado Elio Rusch, que também assinou a CPI, e tenho certeza absoluta, também gostaria que ela fosse instalada, assim como o Deputado Rossoni, que também me deu total apoio, e Deputados do Governo também. Portanto, vou continuar a solicitar à Mesa Executiva, vou continuar a fazer essa cobrança, Sr. Presidente. Sei que a prerrogativa total da abertura ou não dessa comissão parte da Mesa Executiva. De qualquer maneira o nosso trabalho, a coleta das assinaturas e o protocolo foi feito, a nossa parte no plenário foi feita, e encaminhamos à Mesa. É claro que eu vou ficar no aguardo ansiosamente, assim como eu tenho certeza, milhares de cidadãos paranaenses, para que possamos começar esse trabalho. Porque o que está determinado em lei, no Regimento, eu vou cumprir à risca.

Termino o meu pronunciamento dizendo que fui contratado pelo povo, fui contratado por 52 mil eleitores, represento agora o Estado do Paraná, e vou fazer o que eu devo fazer aqui, o que eles me cobram. E se eu não conseguir fazer também vou contar o porquê não consegui fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero esclarecer ao Deputado Rangel, ao Deputado Douglas Fabrício e aos Srs. Deputados, ainda hoje pela manhã reunimos a Mesa Executiva para tratarmos de diversos assuntos, e um desses assuntos foi exatamente a questão da CPI. V. Exas. estão bem lembrados que votamos nesta Casa mecanismos que permitem que as nossas

Comissões Permanentes tenham toda força possível para que os 54 Deputados, portanto, todos aqueles que pertencem a qualquer Comissão Permanente possam exercer a sua fiscalização. É isso, Deputado Marcelo Rangel, que a sociedade que o contratou espera que V. Exa. faça: fiscalize.

Temos dentro das Comissões Permanentes tudo, todos os poderes e muito mais que qualquer fantasiosa CPI que possa acontecer. Temos aqui experiência, V. Exas. que se pronunciaram agora são Deputados de primeira gestão, que não os diminui em momento algum, pelo contrário, mas me recordo perfeitamente do resultado funesto das CPIs que por aqui passaram. A frase “toda CPI termina em pizza” virou quase que um dogma em todo País. V. Exa. tem denúncias contra o IAP, contra o secretário disso, o Presidente daquilo. Esta Casa tem o dever de apurar isso. Não precisa criar uma CPI. É só juntar a Comissão de Fiscalização com a Comissão do Meio Ambiente e ainda mais, com o apoio do Centro de Operações Legislativas que criamos aqui, podemos fazer tudo e muito mais, independente de criar uma CPI ou não. Que se convoque o superintendente ou o presidente disso e ele não venha! Podemos nos valer, inclusive, do Ministério Público. Somos um Poder, e como tal, temos que ser respeitado.

O que queremos evitar é o desgaste desta Casa. E muitos de V. Exas. sabem, de ver relatores de CPI lendo relatórios e incentivando, dando salvo conduto a quem quer que seja, a CPI dos combustíveis, do pedágio, dos supermercados, do leite, do porto e daí para frente. Porque se temos mecanismos mais fortes que isso, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. é um Deputado combativo, tem elementos que devem ser investigados. Desafio esta Casa para que ela fiscalize, que o Presidente da Comissão de Fiscalização aja. V. Exa. também pode participar da Comissão de Fiscalização, pois o Poder Legislativo tem essa prerrogativa de investigação. Não há necessidade de se criar uma CPI, reunir sete ou nove Deputados e sair por aí dinamitando e prendendo todo mundo. Isso não existe. Não dá certo, nem aqui nem em Brasília.

Se temos aqui as condições de investigar, vamos investigar. E vou fazer questão, a Mesa Executiva tem o dever de dar todo o apoio para investigar qualquer denúncia, e sou favorável. A Mesa lhe dará apoio, o Centro de Operações Legislativa fará igual e as Comissões Permanentes vão ficar fortalecidas. Senão não precisava criar as Comissões Permanentes que criamos e nem dotá-las da estrutura que dotamos.

Ora, estávamos vendo, hoje, já perdemos a conta. Muitas vezes, V. Exas. não têm o conhecimento, mas não tem um dia que não tenha Audiência Pública nesta Casa. E está lá o Centro de Operações Legislativas dando cobertura, as comissões participando. Agora, é preciso que se dê resultado. Compete a nós.

Tenho em V. Exa. um Deputado combativo, que vai até o fim. E deve ir, pois V. Exa. tem em mãos documentos que não conheço, não vi, mas ouvi, agora, atentamente -

que devem ser investigados. Por que não serão investigados? Vamos investigá-los. Hoje, na reunião da Mesa Executiva, discutimos à exaustão essa deliberação, mostrando e comentando casos e entrando em detalhes. Chegamos à conclusão que este é o melhor caminho, principalmente onde se deve tomar cuidado. Temos hoje, uma televisão do nosso lado. Estamos aqui com a nossa TV. Podemos participar de debates. Temos que investigar e devemos fazer. Então, a Mesa Executiva dará todo apoio a qualquer tipo de investigação que mereça ser investigada. Acho que muitas das que V. Exa. se refere merecem, sim, ser investigadas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, quero fazer minhas considerações sobre essa questão.

(Assentimento)

Sinceramente, temos que mudar o Regimento Interno desta Casa. Se não vai mais haver CPI na Casa temos que mudar o Regimento. As suas considerações até um ponto têm o meu apoio, mas não podemos substituir o Regimento pela nossa opinião. Estamos propondo uma CPI com o número de assinaturas suficientes. Agora, as considerações quanto as CPIs que deram resultado e aquelas que não deram resultado. Sabe como estamos nos sentindo, Deputado Nelson Justus? Eu estava fazendo a leitura de poucos Parlamentares que fazem oposição, e que isso é muito ruim, mas muito ruim para o exercício do Poder Legislativo. Não chega a 10 Deputados fazendo oposição. Se o principal instrumento que temos, que é a CPI, que por uma casualidade, às vezes, conseguimos colher as assinaturas e ela não for instalada, nós que fazemos oposição aqui perdemos o sentido do nosso trabalho.

Deputado Nelson Justus, foi reformulado o Regimento Interno, foram dadas condições para as comissões se aprofundarem nas investigações.

Concordo com V. Exa., mas V. Exa. há de convir comigo que, quando a maioria deseja obstruir a intenção da minoria em investigar, não temos condições. Então, não é uma reunião da Comissão Executiva que muda o Regimento. Ou alteramos o regimento e a instituição CPI se liquida aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; ou se instala a CPI; ou uma atitude de quem não quer a CPI se retiram assinaturas; porque senão vai ficar muito ruim para esta Casa.

Tenho um fato, agora, da questão - até vou fazer uso da palavra - que envolve o IAP. Algo que considero gravíssimo e que precisa ser investigado. Agora, não me sinto em condições de aceitar a decisão da Mesa de dizer que não teremos a CPI do IAP, ou qualquer outra CPI que venha a surgir, porque não estaremos respeitando o que V. Exa. sempre diz: "o livrinho". V. Exa. sempre diz "o livrinho", e nos curvamos ao livrinho. As nossas opiniões são importantes, mas o livrinho tem que prevalecer, Deputado Nelson Justus.

Quero dar esta minha opinião. Temos discordado tanto, mas acho que é salutar essa discordância, para que V. Exa. saiba o que o Deputado Rossoni pensa: o Deputado Rossoni defende o "livrinho", neste momento.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Só queria responder, antes da questão de ordem de V. Exa., até para que possa facilitar, porque, creio, V. Exa. vai falar do "livrinho".

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou falar do "livrinho" e do tema que está sendo debatido. Se V. Exa. permitir, penso que posso contribuir com a minha informação. Primeiro, na lei dura do pedido formulado pelo Deputado Marcelo Rangel e os demais signatários, verifica-se que não há um fato determinado. Qual é o escopo, qual é a abrangência? De forma genérica, as lideranças ambientais que foram concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná, nos anos de 2008/2009, ou período maior até, de forma genérica. Não temos nenhum fato determinado, não estamos discutindo aqui que houve irregularidades na concessão de determinada licença ambiental, e nem que todas as licenças ambientais, sejam elas quais forem, tenham sido irregulares. Então, não há um fato determinado.

Esse é o primeiro aspecto que eu queria falar sobre a questão jurídica, que envolve o próprio escopo do requerimento formulado pelo Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só uma correção, existe a questão do aterro do Caximba e do aterro de Ponta grossa, sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, estão escritas na Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, veja, aterro do Caximba, o Deputado falou, e eu ia chegar ao aterro do Caximba, mas de uma outra forma, mas antecipo aqui, pelo aparte que ele me fez, contribuindo com o meu argumento. Ora, sabemos o seguinte: a questão que envolve a prorrogação da utilização do aterro do Caximba não é um tema que deva ser objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; ele é objeto de uma discussão entre Ministério Público, que envolve a Procuradoria do Meio Ambiente, o Instituto Ambiental do Paraná, a Prefeitura do Município de Curitiba, que envolve também, sabemos, uma importante empresa, a Cavo, e essa Cavo tem tentáculos, tem interesses poderosos.

E ainda agora, na semana passada, verificamos que a Prefeitura propôs, judicialmente, uma prorrogação pelo prazo de um ano para poder fazer o encerramento do aterro sanitário. Ora, reconheçamos aqui, discutir esse tema através de Comissão Parlamentar de Inquérito parece uma questão que está coberta pelo escopo e muito menos do aterro sanitário de Ponta Grossa, que de novo trazer os temas de Ponta Grossa para a discussão, reconheçamos que parece aquele aeroporto de Ponta Grossa, mesmo.

Mas, queria dizer o seguinte: juridicamente, temos Comissões Parlamentares de Inquérito que estão protocoladas e eu protocolei essas Comissões Parlamentares de Inquérito aqui na Assembleia Legislativa. Então, tenho Comissões Parlamentares de Inquérito. Se o autor, Deputado Marcelo Rangel e outros autores, aqui, desejam encontrar uma solução, o nosso Regimento, o artigo 36, no parágrafo 4º, diz o seguinte: *Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem, pelo menos, cinco funcionando na Assembleia Legislativa - estão protocoladas - salvo mediante projeto de resolução.*

Então, quero aqui dizer o seguinte: se é para respeitar o Regimento da Casa, tenho as Comissões Parlamentares de Inquérito protocoladas na Mesa que têm preferência sobre essas. O autor Marcelo Rangel pode, com base no parágrafo 4º, artigo 36, do Regimento da Casa, apresentar um projeto de resolução. Esse projeto de resolução será votado por esse Plenário. E se for vontade da Assembleia Legislativa, efetivamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dele poderá ser instalada. É o que diz o nosso Regimento. Penso eu que não, Presidente, com o devido respeito, *data vênia* os seus argumentos em relação à questão das Comissões Parlamentares de Inquérito. Tenho concordância absoluta com V. Exa., mas há de se reconhecer que é só seguir o Regimento da Casa. O projeto de resolução é votado, o Plenário da Casa delibera o tema de acordo com Regimento. Quero crer que esta é a solução juridicamente aceitável.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas complementar o que diz o Deputado Romanelli. Deixar claro e pedir a compreensão de V. Exas.

Tenho procurado, ao longo do meu mandato aqui, como Presidente, ser o mais imparcial possível. Não estou, em momento algum, defendendo nem A e nem B. Estou defendendo esta Casa. Tenho o dever de defender a Casa. Alguém me perguntou hoje, da imprensa, e eu respondi com a maior clareza e sem temor algum. Temos mais de cinco pedidos de CPIs na Casa e que não foram instaladas, porque naquele momento os Deputados da Oposição apresentaram cinco tipos de pedido e os Deputados da Situação outros cinco tipos de pedido de CPIs. Nenhuma delas iria contribuir em nada para Poder Legislativo. Cumprindo o que diz o Regimento Interno, apenas um projeto de resolução muito específico e votado é que poderia ultrapassar essa barreira.

Srs. Parlamentares, Deputados Marcelo Rangel, Valdir Rossoni e Douglas Fabrício, vocês têm o compromisso desta Presidência, que em momento algum esta Casa se furtará em fiscalizar qualquer tipo de denúncia, através dos mecanismos que ela possui, e poderá ajudá-los de todas as maneiras possíveis. Esse é o compromisso da Mesa Executiva, que discutiu hoje exaustivamente. É uma pena que o Deputado Valdir Rossoni não estava na reunião hoje, mas tínhamos lá o restante dos membros que compõem a nossa Mesa Executiva.

Queremos aqui cumprir com o nosso papel e não macular a imagem desta Casa. Qualquer tipo de denúncia não precisa de uma CPI. Meu Deus do Céu! Temos uma tevê aqui ao vivo. Temos as Comissões Permanentes firmes com todos os poderes e até mais do que os poderes e até mais do que os poderes da CPI. Temos o Ministério Público que nos assessora. Se faltar mecanismos, temos ainda o Centro de Operações Legislativas. Não há a necessidade desta CPI. Seja desta, ou daquela, ou da floresta não sei daonde, ou do DER. Isso vai nos levar a nada. “Ah, o Governador pediu!” Não temos a obrigação de atender todos os pedidos do Governador. Ele também tem mecanismos para investigar o que ele quiser.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, o Deputado Artagão e posteriormente o Deputado Nereu.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, não entrando especificamente em todo o mérito da questão, é importante destacar que a Comissão de Fiscalização, por mim presidida, é composta por sete Parlamentares da Oposição e da Situação. Na semana passada foi provocada para intervir sobre o assunto, referente às ações da PREVI. O Presidente da Fundação COPEL, Edilson Bertoldo, de forma muito objetiva e pronta respondeu a esse chamamento. Teremos amanhã, quarta-feira, às 10h da manhã a primeira reunião da comissão para tratar desse assunto. Inclusive, volto a reforçar o convite aos Parlamentares, principalmente àqueles que levantaram esta questão, para que estejam conosco amanhã conversando com o Presidente da Fundação e esclarecendo tudo aquilo que for de interesse desta Casa esclarecer. Se for preciso convocar outras pessoas o faremos; se for preciso fazermos Audiências externas, promoveremos, porque sempre tivemos o apoio desta Casa.

Só que a Comissão de Fiscalização deve ser provocada. Temos de receber uma denúncia formal fundamentada, para que ela possa sair promovendo investigações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Me permita, vou lhe sugerir que V. Exa. convoque aquele que formata o pedido que participe junto da comissão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Certamente, temos feito isso. Queria deixar, de forma bastante objetiva, que se o Deputado Marcelo Rangel ou qualquer outro Parlamentar tiver interesse que a Comissão de Fiscalização trabalhe em cima desta questão das licenças ambientais, certamente a comissão o fará, desde que essa denúncia encaminhada ao Deputado Marcelo Rangel seja também encaminhada à comissão. Imediatamente estaremos tomando as providências, de pronto, inclusive convidando o Deputado Marcelo Rangel, quem sabe até designando-o como relator dessa investigação, para que não parem dúvidas sobre o interesse desta Casa, de investigação. Mesmo não sendo efetivo da comissão, podemos fazer esse processo, porque o interesse maior aqui é de esclarecermos todos esses assuntos.

Desde já fica a Comissão de Fiscalização à disposição. Se encaminhada essa documentação, faremos automaticamente os encaminhamentos necessários, e desde já os Deputados Marcelo Rangel, Douglas, Rossoni e todo os outros Parlamentares são convidados, e por que não o Deputado Marcelo Rangel ser o relator deste processo de investigação, com relação às licenças. Se não houver interesse, se for a Comissão de Meio Ambiente, de qualquer forma ele fará o trabalho, porque também está capacitada para isso. Falo neste momento como o Presidente da Comissão de Fiscalização e que de pronto respondeu ao chamamento relativo a questão da Fundação COPEL e dessas ações portuárias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Nelson Justus, tenho observado o esforço de V. Exa. em relação a esse tema. Quero concordar que infelizmente as CPIs instaladas até hoje por esta Casa, pouco resultado operaram. Isto é uma verdade pública e notória.

Quero discutir esta questão sem entrar no mérito da CPI proposta pelo Deputado Marcelo Rangel. Temos que esclarecer o nosso Regimento Interno. Supondo que no ano que vem terá eleição para Governador, e em 2011 vão tomar posse aqui 54 Deputados. Supondo que os Deputados que estiverem apoiando o Governo A, B, C, resolvam propor cinco CPIs aqui na Mesa, até passar quatro anos para que não se tenha oportunidade de propor uma outra CPI, então, não dá para aceitar que uma CPI tranque a pauta sem que haja o funcionamento da CPI. O nosso Regimento precisa ficar claro em relação a isso, dar um prazo para que a CPI caduque. O pedido de CPI. Não temos CPI funcionando nesta Casa. E pelas informações de V. Exa., o Deputado Marcelo Rangel não pode propor a CPI, porque teríamos cinco CPIs.

Deputado Nelson Justus, penso até diferente em relação a isso. Todavia eu creio que precisamos deixar claro em relação a CPI, vou estudar isso para propor uma alteração a fim de que um pedido de CPI, que não seja transformado em CPI, tenha um período, e findo esse período ele possa caducar e aí sim possam ser protocolados outros pedidos de CPIs.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço, Deputado Nereu. Aliás, se tem um dos compromissos que ainda a Mesa não cumpriu, e vai cumprir até o final do seu mandato, é realmente elaborar ou concluir o estudo do nosso novo Regimento Interno. Aí sim a coisa fica mais fácil.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Presidente, acho que V. Exa. tem razão, vem avançando muito, eu várias vezes falei nesta tribuna com relação aos avanços que a Assembleia vem tendo a questão da televisão, a questão da transparência. Esse tema CPI, lá para a sociedade, quando 19 Deputados assinam um documento, a mídia dá uma ênfase, divulga, parece uma coisa mais forte que as Comissões Parlamentares que temos nesta Casa, até porque a própria mídia, às vezes, não dá ênfase ao trabalho das comissões. Mas tudo bem, se a CPI que hoje se protocola, quatro, cinco, seis já tranca a pauta, precisa fazer uma mudança no Regimento, como o Deputado Nereu Moura. Mas se as CPIs não são tão eficazes, a história desta Casa conta isso também, então de repente não tem que manter esse sistema CP dentro do Regimento, dá para retirar, até para não criar falsa expectativa na população. E nenhum outro Deputado, independente de partido, independente de Governo, lá na frente vir com essa história de pegar assinaturas de outros Deputados, os Deputados protocolam a assinatura e fazem um esforço de querer que a coisa aconteça, até para dar um respaldo de retorno à sociedade no trabalho que ele está fazendo aqui, e às vezes a CPI não é instalada e a imagem da Assembleia Legislativa fica desgastada.

Então, é nisso que estamos fazendo a cobrança. Se for fazer essa alteração acho que corrige essa distorção e aí resgata ainda mais o respeito a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, obrigado e V. Exa. está com a razão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero concordar com o Deputado Rossoni, em parte, e com V. Exa. também, em parte. Eu sei que V. Exa. tem feito o máximo que pode para defender os interesses do Paraná e desta Casa. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, que não existe nenhuma CPI aqui na Casa em andamento. Eu não tenho dúvida, não sou advogado e nem bacharel, sou só radialista de profissão, mas não tenho

dúvida nenhuma que não existe nenhuma CPI em andamento. Primeiro porque se houve o ato de V. Exa. nomeando aquelas CPIs que o Deputado Romanelli fez, elas já prescreveram, porque tinham uma prazo e este prazo não foi prorrogado, então não existe nenhuma CPI em andamento nesta Casa.

Quero discordar de V. Exa. nesse ponto e concordar com o Deputado Rossoni; não existe nenhuma CPI; a única CPI protocolada hoje é a do Deputado Marcelo Rangel, é a única que está em dia, porque foi protocolada esta semana. Então, a CPI apresentada pelo Deputado Marcelo Rangel é a CPI única vigente nesta Casa. Discordo de V. Exa. Sei que V. Exa. já fez mil gols e eu devo ter feito uns 50 só pelo tempo que V. Exa. está aqui, mas não tenho dúvidas que as CPIs, para trás, nenhuma delas está com vigência aqui na Casa, podemos consultar o Regimento, o Poder Judiciário e a única CPI, que propõe o Deputado Marcelo Rangel, é a que está de pé.

Agora, por outro lado, Sr. Presidente, indo naquilo que V. Exa. falou, o Deputado Rossoni tem um lado que quer cumprir o Regimento, mas por outro lado V. Exa. hoje fez uma reunião da Mesa Executiva e que o Deputado Rossoni não foi. Aí V. Exa. vem aqui, dá uma versão da Mesa que quer sempre proteger o Poder, e o Deputado Rossoni não foi e ele é membro, foi eleito por nós para participar dessas reuniões que decidem o que a maioria quer e o que é melhor para Casa.

Por outro lado, a questão da CPI do Deputado Marcelo Rangel, entendo que é aquilo que V. Exa. falou, de repente a CPI não é o melhor caminho, até porque o Deputado Marcelo Rangel é o Presidente da Comissão de Obras, e para mim, eu não sou engenheiro, construção de um aterro é uma obra. Se o aterro que está tão discutido, Caximba, Ponta Grossa, faz parte de uma obra, automaticamente, entende eu, que o Deputado Marcelo Rangel tem o poder de convocar todo mundo ligado à obra, porque ele é Presidente da comissão. Ele pode, como Presidente, participar ativamente, porque essa CPI que ele propõe, que ele quer investigar, ele não fará parte. Porque de acordo com os partidos aqui na Casa, o PPS não tem direito de participar dessa CPI, não vai fazer parte pelo número de integrantes dos partidos aqui. Então, o Deputado que propõe a CPI não vai poder participar. O que é ruim, porque o Deputado está afiado, está pronto, quer discutir, está por dentro.

Então, o melhor caminho seria a Comissão de Obras fazer a convocação, tem esse poder. Pode convocar, como disse V. Exa., e pode participar ativamente deste caso.

por outro lado, Sr. Presidente, em parte concordo com esse nosso autor de quase 4 mil gols, o Deputado Valdir Rossoni. Concordo com ele, temos que extinguir as para trás, porque elas já estão prescritas, para mim elas já estão nulas. Volto a dizer, para mim, a única CPI que está de pé é a CPI do Marcelo Rangel. As outras não, inclusive a que eu protocolei aqui, a CPI dos Cartórios, que eu estava certo e que não fizemos a CPI.

No meu ponto de vista, não tenho dúvida nenhuma que as CPIs para trás são nulas, elas não existem, não fazem parte do corpo jurídico desta Casa. A única CPI que pode ser montada a partir das 19 assinaturas é do Deputado Marcelo Rangel.

Quando V. Exa. faz uma crítica aos Deputados mais jovens, preciso falar isso também, V. Exa. deveria chamar a atenção dos Deputados mais antigos que assinaram a CPI, que sabiam que não dava em nada a CPI, mas assinaram.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu não fiz nenhuma crítica aos mais jovens.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O senhor fez uma crítica não no sentido de atacar ninguém, o senhor deu uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não está escrito em lugar nenhum, também, Deputado Jocelito, que as CPIs que foram instaladas foram prescritas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Isso eu discuto com o senhor, onde o senhor quiser. Eu respeito V. Exa., mas discuto com V. Exa., mas as CPIs são natimortas, não funcionaram, não existem, e qualquer acadêmico de Direito sabe disso. A única CPI que está de pé aqui, é a do Deputado Marcelo Rangel. V. Exa. fez mil gols, eu só fiz 50.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, V. Exa. é um artilheiro nato.

Com a palavra Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu como fui um Presidente de uma CPI, a CPI do BANESTADO, no Paraná, ela teve início, meio e fim, e com altos resultados ao povo do Paraná. Embora concorde com V. Exa. que em alguns momentos V. Exa., como Presidente da Casa, como conhecedor do Plenário, sente o que é importante e pode aconselhar a Casa para o seu melhor caminho.

Entendo que a CPI é a força máxima de um Poder Legislativo. Agora evidente, sei o preço que paguei por ter sido Presidente de uma CPI, que trabalhou com seriedade, com força, determinação, e paguei o preço, porque perdi a eleição, tive a minha família durante três ou quatro anos, com sua vida cerceada no seu lazer. Porque uma CPI, quando levada a sério, tem poder de quebrar sigilo bancário, fiscal, telefônico. É o maior poder que um cidadão tem, é ver os seus Parlamentares administrando com dignidade, com decência, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Claro que não se pode banalizar. Sei que não há qualquer motivo de denúncia de qualquer malversação do dinheiro público que se precise colocar uma CPI na Mesa. O Presidente Nelson Justus deve ter trauma desse assunto também.

Para dar um melhor andamento nesses assuntos, a Comissão de Fiscalização e Controle da Casa deve exaurir as suas possibilidades regimentais e legais e exercer a sua função, dar dinamismo e arrematar esses assuntos na Comissão de Fiscalização e Controle, que tem um enorme poder representando esta Casa.

Sr. Presidente, não poderia me calar em aceitar ouvir dizer que uma CPI não dá resultado. Não poderia deixar de dizer que no meu sexto mandato nesta Casa recomendaram para que a Comissão de Fiscalização e Controle, que presidi por quatro anos, é preciso que a Comissão de Fiscalização e Controle trabalhe, se reúna, é preciso que tenha equipe técnica, é preciso que lhe dê poderes para convocar e que venham depor.

Tenho certeza que o Presidente Nelson Justus e o Deputado Artagão Júnior vão fazer com que a Comissão de Fiscalização e Controle funcione de verdade nesta Casa, e assim chegaremos ao interesse geral na Nação e sobretudo da população do Paraná.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a ajuda de você conseguiremos.

Concedo a palavra à Liderança do PSDB.

(Declina)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

As nossas prerrogativas de Deputados não são muitas. Temos algumas e parece que elas vêm diminuindo cada vez mais. V. Exa. tem sido um baluarte nessa questão junto com os demais Presidentes de Assembleias do Brasil, de que precisamos de mais prerrogativas. Por quê? Porque convivemos com o povo diretamente.

Fiquei preocupado, coloquei no meu carro um aparelho chamado GPS, porque andamos muito, Curitiba cresceu muito, a Região Metropolitana. Coloco lá no GPS a rua que mora o Deputado Accorsi, em Santa Felicidade, e o GPS me leva pelo caminho mais curto.

Pensando, pensando, estou querendo apresentar um projeto como Deputado a respeito do GPS. Mas ele vai criar custo para o Estado, e aí eu, como Deputado, é bom explicar isso para aqueles que nos assistem, eu como Deputado, nós como Deputados, não podemos criar gastos para o Governo. Então, não vou poder apresentar o projeto. Quem é que já não precisou do SIATE, de uma ambulância do SIATE? Quem é que já não precisou do Corpo de Bombeiros? Esta instituição que merece nosso respeito e nossos aplausos?

Quando o cidadão precisa do SIATE, liga. O SIATE vai. Aí tem um caderninho, eu dou o nome de

caderninho, mas seria um outro nome, que tem as ruas. E ali eles vão procurado, pelo caminho mais fácil, ainda naquele caderninho, naquele livretinho. Vai por aquele livretinho para poder chegar ao local de atendimento. O SIATE, para salvar vidas.

O Corpo de Bombeiros, a mesma coisa. Um incêndio, numa determinada rua da Cidade Industrial de Curitiba, ou no Alto Maracanã, em Colombo, pega aquele livrinho com as ruas e vai pelo caminho mais curto. Quando o GPS, este aparelho fantástico, facilita e pode ajudar a salvar vidas.

Quero fazer um apelo ao Governador Roberto Requião, através do seu líder aqui na Assembleia Legislativa, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, sugerindo ao Governo e ao Governador Roberto Requião que coloque em todas as unidades do SIATE, do Corpo de Bombeiros, o aparelhinho, o GPS.

É claro, se vamos comprar um GPS é um preço. Se comprarmos cinco, já cai um pouco. Agora, imagina o Estado comprando 1 mil GPSs, o preço vai cair, é economia de escala. É um investimento na vida. Esta é a sugestão que estamos dando para o Governo, porque eu sei, se eu apresentar este projeto aqui na Assembleia, os senhores vão ajudar a aprovar. E vão aprovar por unanimidade. Só que não é constitucional. Vai para o Governo. E o Governador, por força da Constituição, vai ter que vetá-lo. Então, a sugestão que estou dando: quantas vidas poderão ser salvas?

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Quero cumprimentar V. Exa., porque são nestas ideias aparentemente simples que V. Exa. demonstra, realmente, todo o conhecimento e preocupação com a sociedade. É algo tão simples que confesso a V. Exa. que jamais poderia imaginar que o SIATE não tivesse o GPS. Não poderia imaginar que os Bombeiros não tivessem o GPS. Não poderia imaginar que este instrumento, que acaba sendo bastante barato e econômico, não pudesse estar equipando estas viaturas de primeiros-socorros. E acredito mais: não só os Bombeiros, como o SIATE, acredito que a Polícia Militar, a Polícia Civil poderia ter.

Assistimos nesta semana, salvo engano, no Jornal Nacional, em São Paulo, uma casa que estava sendo assaltada, ela toda com sistema de filmagem, os policiais chegaram ao local e ao invés de irem na casa correta, foram na casa ao lado. Os ladrões saíram pela garagem e foram embora. Se tivessem GPS chegariam exatamente no mesmo local, no endereço absolutamente correto. Pelo caminho, inclusive, mais curto. E hoje, a tecnologia é tanta que inclusive tem alguns GPSs, não sei se aqui já está disponível esta tecnologia, em Curitiba, mas que inclusive indicam o fluxo de veículos menores para que você possa chegar mais rápido ao destino.

Então, quero cumprimentar V. Exa., que é um homem público extremamente comprometido com o cidadão e com as coisas que efetivamente são simples,

mas que trazem um resultado espantoso, espetacular para a sociedade. E acredito que V. Exa. até poderia fazer uma indicação legislativa, até para registrar como uma iniciativa de V. Exa., que atende plenamente os interesses de toda a sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Bela sugestão, Deputado Durval.

O Sr. **Miltinho Pupio (PSDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Estou ouvindo o seu pronunciamento, ando muito de táxi em Curitiba e em São Paulo, e às vezes o taxista se perde. E eu comprei um aparelho desse e coloquei em Jandaia do Sul, vim parar aqui em Curitiba. E quando você sai da rota ele diz: “Você tem que virar para a direita, etc.” Então, essa ideia sua eu acho ótima. Poderíamos até estudar um projeto junto à Assembleia e ao próprio Governo para fazer junto, e os motoristas de táxi do Paraná terem também o GPS para que não percam tempo, não ter aquele negócio de motorista malandro, nem todos são sérios, desviar a rota para demorar mais tempo e a quilometragem ser maior. Seria importante também motorista de táxi ter esse aparelho de GPS para poder viajar dentro da nossa Curitiba.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Agradeço pelo aparte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imaginem uma chamada, neste instante eu sou o condutor da viatura do SIATE, o SIATE me chamou, um acidente na rua Toaldo Tuílio, 182, São Braz, Santa Felicidade. Aí eu digito lá: avenida Toaldo Tuílio, 182. O aparelhinho, vai me conduzindo até lá pelos caminhos mais fáceis. E aí já pensou o prazer, a satisfação em poder salvar vidas? Não existe bem maior do que você poder salvar vidas!

Então, até aceitando a sua sugestão, podemos fazer uma indicação legislativa para o Governador Requião, e com certeza estou entendendo que ele vai captar esta mensagem através da sua assessoria, através da sua equipe de Governo em colocar em ação. Porque é como eu disse aqui, Sr. Presidente, se ele for comprar 10 aparelhos é um preço, mas se for comprar 1 mil aparelhos o preço cai bastante, é a economia de escala, e o mais importante: vamos salvar vidas.

Quero agradecer aqui os companheiros da segurança da Assembleia, esses rapazes maravilhosos que tanto nos ajudam aqui, colocaram no papel: “É catálogo de endereços”. Trocar o catálogo de endereços por GPS.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Só queria cumprimentar V. Exa., pela primeira vez sentado à Mesa da presidência de desta Casa. V. Exa. é a renovação da política do Estado do Paraná, já teve uma vida na Administração Pública, já foi Secretário de

Estado, e agora está aí ao lado desse grande Secretário, Deputado Guimarães. É uma satisfação vê-lo na presidência desta Casa. E não poderia deixar de fazer esse registro.

Parabéns, Deputado lobinho, por ser o nosso Presidente neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Stephanes Júnior**)

Fui escoteiro. Eu quero agradecer as suas palavras, Deputado Jocelito Canto. É um prazer estar com a Deputada Cida Borghetti, com o nosso Capitão Jonas Guimarães. E pegando um gancho quero passar a palavra para o Líder do PMDB, o Cheida já falou, então para a Liderança do PMDB, Luiz Carlos Cheida, Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente, a emoção toma conta de V. Exa. Por isso, errar o nome de um Deputado é o mínimo que se pode fazer quando se ocupa a presidência pela primeira vez. Parabéns! Quero me somar aos votos de felicitações do Deputado Jocelito Canto a V. Exa.

Dizia o poeta Bertold Brecht: “O pior analfabeto é o analfabeto político”. Talvez ele estivesse coberto de razão, porque o que estamos vendo no País, hoje, quando campeia a desonestidade, inclusive dentro da categoria dos políticos em vários níveis, ouvimos muita gente dizer que não quer mais saber da política, que quer ficar fora disso, que política é uma sujeira só, que na próxima eleição não vota em ninguém, coisas assim. Dizem até que a pior desgraça que acontece para quem não gosta de política, é que vai ser Governador por quem gosta. Esse é o maior castigo. A melhor coisa é fazer a política.

Por isso, no dia de hoje que recebemos aqui os Vereadores Mirins de Ibiporã, e muitos aqui já se debruçaram sobre esse fato, é importante que destaquemos que, talvez, a maior escola política seja realmente o movimento estudantil. E essas crianças das Escolas Estaduais Joaquim San Raphael, Olavo Bilac, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, Unidade Polo, Basílio de Luca, Antonio Iglesias, Colégios Educativa, Tia Sonia, Santa Márcia, todos de Ibiporã, estão iniciando o seu trabalho comunitário falando em política, tecendo considerações, tentando fazer projetos. Isso é um alento para nós que fazemos política de maneira séria, vemos crianças entrando na política. E muitas vezes tem velhos saindo da política desgostosos, chateados, mas crianças entrando e dando o sangue novo para que isso seja cada vez melhor.

Talvez essa seja a atividade mais nobre do ser humano, que é efetivamente propor ações coletivas e servir ao País que lhe dá abrigo ou a Cidade que lhe acolheu quando nasceu. É um momento de bastante importância.

Gostaria também de falar sobre a Audiência Pública que a Comissão do Meio Ambiente fará amanhã sobre a questão climática. Ontem não pude fazer um convite a todos que nos escutam, principalmente aos Deputados Estaduais. Estamos numa situação bastante encrencada quando se fala de termos climáticos. Não é à toa o que tem acontecido em Estados como Santa Catarina. Até no próprio Paraná, em Ibiporã, uma Cidade que nunca teve um vendaval, teve agora seguidamente vários vendavais, destelhamentos, pessoas feridas, mais de 20 postes da COPEL tombados. Enfim, secas alternadas com chuvas, temperaturas altas alternando com temperaturas baixas. Somente os incrédulos é que acreditam que não estamos vivendo numa era de mudanças climáticas.

Pois bem, qual é a tarefa de casa que o Paraná tem feito? O Paraná tem trabalhado bastante nesse sentido. Tem, inclusive, um Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, com várias pessoas e vários outros segmentos que não apenas os segmentos do Governo, são academias, com a Universidade Federal do Paraná, de Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, instituições como a EMBRAPA, ONGs e outras mais, que estão trabalhando num anteprojeto de lei para que possamos instituir a política paranaense de mudanças climáticas.

Este anteprojeto de lei é que será discutido, amanhã, às 9h da manhã, no plenarinho da Assembleia Legislativa, e é para isto que gostaria de convidar os Deputados. Estamos fazendo uma consulta pública em cima de um anteprojeto de lei elaborado preliminarmente pelo Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, que são técnicos, pessoas altamente capacitadas que estão querendo dar sua contribuição no arcabouço legal do Estado para essa questão ambiental, e nessa questão a mais candente que é a mudança climática. Até porque o nosso Estado do Paraná não sabe sequer quanto de gases de efeito estufa, o CO₂, o próprio metano, emite; quanto que a agropecuária, a indústria, os resíduos, a energia, o desmatamento do Estado colabora para que estejamos dado a nossa cota-parte no problema climático do Brasil.

Então, é preciso que possamos quantificar essas emissões, para que possamos, aí sim, partir para propostas concretas, justas, adequadas sobre como mitigar ou como minimizar, Deputada Beti Pavin, essas questões.

Quanto que o Paraná tem desmatado que precisaria ser reflorestado? Quando é de lixo que temos esparramado no Estado que está emitindo o gás metano e que poderia ser feita uma nova tecnologia para que a emissão cessasse? Quanto é que a pecuária emite e como isso pode ser compensado? Somente uma legislação adequada é que poderia dar cabo dessas tarefas.

Portanto, amanhã, vamos estar começando essa discussão. É para isso que peço aos Deputados que estejam presentes no plenarinho, porque fatalmente esta matéria passará pela Casa. A ideia é que façamos uma grande discussão, encaminhemos ao Governador Roberto Requião para que ele mande a esta Casa, para que não haja vício de origem nenhum, e possamos assim debater

exaustivamente o que devemos fazer no Paraná para dar nossa contribuição. Ou seja, como é que a questão ambiental pode não apenas conviver com a questão econômica, mas promover a questão econômica para que tenhamos, sem dúvida nenhuma, essas duas questões como aliadas: o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental? É para isso, então, que gostaria de, mais uma vez, convidar a todos para que estejamos, às 9h da manhã, e para que este que será, sem dúvida nenhuma, um momento importantíssimo deste debate, os Deputados possam estar aqui discutindo, calculando o que podemos fazer para que tenhamos um ambiente bem melhor e bastante diferenciado do que temos entre nós.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar - e ontem aqui fiz referência, também o Deputado Antonio Belinati, o Deputado Ney - a respeito do que acontece em Londrina. Uma verdadeira queda de braço entre a Prefeitura Municipal e os médicos. Pois bem, a Prefeitura de Londrina fez aprovar na Câmara de Vereadores uma lei para instituir incentivos municipais com recursos do Tesouro. A Prefeitura está aportando R\$ 550 mil a mais, por mês, e com isso pretende pagar os incentivos dos médicos que estão em atraso, esperando que com isso os médicos encerrem sua paralização e a normalidade venha à Cidade, que é tão importante, por ser um centro de tratamento, um centro de diagnóstico. Nós, aqui da Assembleia, estamos torcendo para que haja um entendimento, até porque os médicos ainda não aceitaram a proposta da Prefeitura. Mas, estamos torcendo para que isso aconteça. E estamos pedindo ao Governo para que reveja, mais uma vez, o teto que Londrina recebe. Londrina precisa, no mínimo, recalcular os valores que recebe do Ministério da Saúde para fazer frente às suas despesas. Em uma contabilidade muito rápida e superficial, é R\$ 1 milhão e 600 mil que ainda faltam para que as ações possam ser equivalentes ao que eram há cinco, seis anos atrás.

Então, é isso que desejamos à Cidade de Londrina, e pedimos a todos os Deputados também que estejam atentos e ajudem com essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, especialmente as pessoas que estão nos acompanhando pela TV SINAL.

Eu, este final de semana, da quinta-feira até sábado à noite, percorri diversos Municípios do interior do Estado do Paraná, Municípios pequenos, e fui fazendo reuniões, ouvindo a população, conversando

com as pessoas. E uma das coisas que eu perguntei foi: se vocês fossem analisar o Governo do Estado, ou a situação, hoje, do Município de vocês, qual seria o principal problema? Quase que por unanimidade: “É a falta de Segurança Pública”. Mas, é impressionante, basta você pegar, reunir as pessoas, e façam essa pergunta: qual é o principal problema de vocês aqui? Não vão falar nem que é o desemprego, que infelizmente tem ainda; vem na ponta da língua: falta de Segurança Pública. Mas, por que falta de Segurança? “Olha, Deputado, antigamente tínhamos aqui seis, oito, 10 policiais. Agora, estamos com apenas dois, três policiais”. Eu não vou nem falar os nomes dos Municípios, para não alertar, porque falar aqui que em uma Cidade tem dois policiais só trabalhando é, como dizem, jogar a favor do bandido. Não posso fazer isso.

Então, Segurança Pública é um problema sério. Mas estamos fazendo a nossa parte, estamos cobrando, já veio até o Secretário aqui e pedimos que ele, de um modo muito gentil e educado, não continuasse como Secretário, mas como pedido não foi atendido, ele continua como Secretário e a Segurança não está boa. E quem está dizendo isso são as pessoas no dia a dia.

Outra reclamação, e estamos começando a perceber também, que quando foi no final do Governo para a eleição, o Governo atual, Governo Requião, ele investiu bastante em mídia para divulgar as reformas que andou fazendo nas estradas. Então, foram várias estradas que o Governador fez, ou pelo menos se não fez, fez alguns recapes, andou melhorando as rodovias, porque ele era candidato à reeleição. E na reeleição isso favoreceu muito o Governador, tanto que ele se reelegeu. Claro, com uma diferença muito pequena de votos, mas se reelegeu.

A partir daí, as rodovias estão tendo agora, já faz três anos, começaram aparecer os problemas. Então, é um buraquinho ali, outro buracão lá, basta olhar as rodovias do Estado do Paraná, já não estão mais como estavam quando o Governador foi candidato à reeleição, tem muita rodovia esburacada. Basta andar por este Paraná, como eu pude andar agora em diversos Municípios, em mais de 20. Muitas estradas esburacadas e já está vencendo o mandato do Governador. São problemas localizados, o asfalto, a rodovia que não está adequada, o pedágio que ainda está muito alto, a falta de segurança.

Vejo pela imprensa que o Governador do Estado do Paraná faz um esforço enorme, reúne lideranças e vai até Brasília, mas não para lutar por recursos para melhorar as rodovias, ou para conseguir aumentar o número de policiais no Estado do Paraná; não foi esse o objetivo da viagem do Governador, pelo que está na imprensa de hoje. Ele foi lá para legislar em causa própria, para defender o irmão Maurício Requião, que até agora não conseguiu assumir a vaga no Tribunal de Contas.

Fico preocupado. Por que um esforço tão grande do Governador para colocar o seu irmão no Tribunal de Contas? Será que ele não está confiando no seu

Vice-Governador Orlando Pessuti, e que será Governador daqui a alguns dias? Aí não haverá problema de nepotismo e poderá o Sr. Maurício Requião ser Conselheiro. O problema é o nepotismo, colocar o irmão para julgar as contas do próprio irmão.

Não vejo o mesmo esforço do Governador em reunir lideranças importantes e ir à Brasília lutar por mais recursos para o Estado do Paraná. Existe a história daquela multa do BANESTADO, que até agora não deu nada e o Paraná está pagando. Também a história do pedágio ainda muito alto. A história das estradas esburacadas, que falo aqui e não vejo esforço do Governo para tentar melhorar. Não vejo esforço do Governo para melhorar a Segurança Pública. Será que apenas eu não vejo isso? Poucos policiais nas Cidades. “Ah, Deputado, mas vai ter mais um concurso, para contratar mais 2 mil policiais.” Mas vai ter o concurso? Quanto tempo vai demorar?

Não vejo o Governador fazer um esforço para terminar de construir a rodovia Estrada Boiadeira, que há mais de 10, 20, talvez 30 anos está sendo prometida à população e até agora não foi feita.

Se o Governador tivesse esse interesse maior, ele poderia reunir lideranças também e ir à Brasília discutir diretamente com o Presidente Lula e dizer: “Essa rodovia é importante para o Paraná. Vamos alocar recursos no orçamento. Vamos resolver esse problema que tem pendência no Tribunal de Contas, ou qualquer que seja o órgão da União.” Se existisse esse esforço, o interesse político do Governador, com certeza essa rodovia beneficiaria o Estado do Paraná, e também porque não a minha região de Campo Mourão e de todos os Municípios que fazem parte dessa magnífica região.

Se o Governador atual renunciar no ano que vem, para disputar o novo mandato de Senador ou para qualquer outro cargo, ou mesmo a Presidência da República, ele terá que renunciar o mandato e quem assumirá será o Vice-Governador, hoje, Orlando Pessuti.

Nesse sentido, Sr. Presidente, que estamos aqui, atentos e fazendo aquele papel claro da Oposição de cobrar, de fiscalizar. Se o Governador tem tanto empenho para defender o seu irmão para voltar ao Tribunal de contas, por que não faz o mesmo esforço para ajudar a melhorar as rodovias do Paraná? Para ajudar a melhorar a Segurança Pública no Paraná? Para ajudar os investimentos nos portos de Paranaguá e Antonina? Investimentos em ferrovias, que também são necessários para melhorar o transporte, principalmente da safra agrícola aqui do Estado do Paraná? Essa é uma preocupação que temos e estamos aqui para cobrar. Para deixar bem claro ao Governador que se ele tem essa vontade enorme que o seu irmão seja Conselheiro do Tribunal de Contas, ele pode também confiar no Vice-Governador Orlando Pessuti que será Governador.

Quero deixar aqui mais uma vez um pedido, que o Governador reúna as Lideranças do nível que ele já reuniu e que vá à Brasília para ajudar - exemplo pequeno -

a resolver o problema da Estrada Boiadeira, que faz muitos anos que precisa de recursos e de esforço político para que seja concluída. E também ajudar a melhorar a Segurança Pública que foi uma das reclamações que mais ouvi nesses 20 Municípios que percorri nesse final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas, com a palavra Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas

O que quero relatar neste momento talvez possa parecer inacreditável. Mas, é verdade. Funcionários de uma empresa pública do Governo do Estado sem receber o seu salário. A CLASPAR é uma empresa paranaense de classificação de produto vinculada à Secretaria da Agricultura. Uma empresa como tantas, que existem em todos os Governos. Agora, desde o mês de agosto deste ano, os funcionários da CLASPAR encontram dificuldades para receber os seus salários.

Deputado Douglas, Deputado Reni Pereira: no mês de setembro os funcionários da empresa pública do Estado do Paraná, a CLASPAR receberam 80% dos seus salários. No mês de outubro, os funcionários não receberam nenhum centavo. E temos hoje, dia 17 de novembro, os funcionários como qualquer trabalhador, no final do mês quer receber o seu salário. A maior dignidade da pessoa é ter seu emprego e seu trabalho, mas ser recompensado por aquilo que ele faz.

Sabemos que existem muitas empresas privadas que atravessam dificuldades, muitas empresas que não conseguem saldar muitas vezes os seus compromissos com os seus fornecedores, e chamam os próprios empregados para renegociar o seu salário. Há empresas que procuram até uma redução na jornada de trabalho redução no seu salário. Agora Deputado Nelson Justus, dizer que uma empresa pública do Estado do Paraná, a CLASPAR que é reconhecida por todos, uma empresa que tem prestado e presta, através de seus profissionais, um serviço à sociedade até em favor da Saúde Pública do nosso Estado, da nossa gente, ter seus funcionários sem receber salários.

E o que os funcionários vão fazer? Nós não estamos falando agora em aumento salarial que tanto se fala aqui na Casa, nós não estamos falando num subsídio dos policiais militares que merecem, nós não estamos falando de aumento de qualquer categoria, nós estamos trazendo e denunciando hoje, aqui na Casa que funcionários da CLASPAR estão sem receber os seus salários! Oxalá, Sr. Presidente Nelson Justus, aquilo que nós levantamos nessa Sessão e nesse momento, aqui da Tribuna, que o Governador Roberto Requião e disse o Deputado Douglas Fabrício com muita propriedade, o Governador que vai a Brasília para defender o interesse do seu irmão, para mantê-lo no Tribunal de Contas, eu diria: "Governador,

da mesma forma que o Sr. está procurando, na Justiça, manter o seu irmão como Conselheiro do Tribunal de Contas, por favor Governador, determine ao Secretário da Agricultura para que ele repasse os recursos para a empresa CLASPAR que é uma empresa pública para que eles possam pagar os seus funcionários."

Porque os funcionários da CLASPAR estão sem poder pagar o posto de gasolina, o mercado, a farmácia, não conseguem nem pagar o seu seguro de vida, o seu plano de Saúde, isso é lamentável! Não dá para aceitar que uma empresa privada faça isso e no momento que nós vivemos quando o Governador do Estado do Paraná quer estatizar tudo, ele não quer iniciativa privada e permitir que funcionários da CLASPAR tenham recebido no mês de setembro apenas 80% dos seus salários e não terem recebido um centavo sequer dos seus salários no mês de outubro, isso é triste! Isso está acontecendo no Estado do Paraná, é importante que a sociedade, que o Brasil saiba daquilo que está acontecendo no nosso Estado - empresa pública vinculada a Secretaria da Agricultura sem receber e sem fazer o pagamento do salário dos seus funcionários!

Deputado Antonio Belinati, lhe concedo o aparte prazerosamente.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Obrigado nobre Deputado Elio Rusch. A nossa solidariedade dos funcionários da CLASPAR lembrando o seguinte, parabéns pela feliz colocação se uma empresa cometer qualquer ação ilícita o seu proprietário pode até ir para a cadeia, o Estado pune o empresário que cometer qualquer irregularidade. Agora fica a pergunta aos paranaenses - e quando o Governo não cumpre com a sua obrigação? Porque a parte de salário é uma coisa muito grave, se estes funcionários ingressarem na Justiça pode até o dinheiro que tiver em caixa na CLASPAR ser penhorado para garantir o pagamento, porque salário é coisa sagrada! Nós lamentamos que o servidor público do Paraná, no caso da CLASPAR, esteja com parte do salário em atraso que o policial civil cinco anos esperando o Plano de Cargos, Salários e Carreira, aliás está ameaçando uma greve; aliás no Brasil está havendo uma falta de respeito ao servidor. Ainda há pouco tempo teve uma greve dos funcionários do SERPRO, o policial militar esperando o pagamento da hora trabalhada fora do expediente de 100 para 150 reais, esperando esta PEC que permite o pagamento por subsídio, é o professor, é o servidor público, é uma esperança do servidor, do policial, que as coisas melhorem, mas infelizmente são poucas vozes, poucos Parlamentares para subir à tribuna para defender a CLASPAR, o policial, o professor ou o servidor público, como faz V. Exa. com a nossa total solidariedade.

Lembrando mais uma vez, o Governador tem obrigação de cumprir a lei e a lei se cumpre dando o reajuste que o servidor tem direito. A lei se cumpre pagando integralmente o salário e não apenas à parte dele.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Com atenção escuta as suas colocações e a preocupação vem, natural, uma empresa pública, muito mal gerenciada, pelo que tudo indica, a ponto de não conseguir pagar os seus funcionários. É lamentável, ver o nosso Estado pujante como é, os discursos políticos acontecem, em outro sentido e não esse do qual nós vemos tudo isso que está acontecendo com essa empresa, que está acontecendo no Estado do Paraná.

Somo-me ao seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero agradecer a todos os Deputados que nos apartearam e dizer que nós temos uma outra empresa pública, altamente rendável para o Governo do Estado, que traz milhões e milhões de reais, de superávit, que é o DETRAN.

O DETRAN repassa os recursos, aliás já está autorizada até pelo próprio orçamento repassar os recursos para o Tesouro do Estado. O que a gente espera é que se a CLASPAR não tem esse recurso em caixa de pagar os seus funcionários que o Governo do Estado determine imediatamente ao Tesouro do Estado do Paraná para que repasse esses recursos para a CLASPAR, para que eles possam pagar esses funcionários. Não sei quantos funcionários são? Não sei se são 200, 300, 400, mas que seja um funcionário apenas. Porque um funcionários que tenha trabalho merece o seu salário. Mas tenho informações que são centenas de funcionários que, lotados hoje na CLASPAR que não recebem o seu salário.

Governador determine o pagamento para os funcionários dessa empresa pública, porque isso sem sombra de dúvida mancha também a imagem do Estado do Paraná. Mancha também a Administração Pública do Estado do Paraná. Se não são funcionários públicos diretos, mas são funcionários de uma empresa que pertence ao Governo do Estado. Seu diretor Presidente é nomeado diretamente pelo Governador do Estado do Paraná.

Então o Governador do Estado e o Governo do Estado tem sim, a obrigação de socorrer os funcionários que estão desde setembro, como disse, sem receber os seus salários integrais. É lamentável. Seria essa a denúncia que eu faço e espero que essa semana possa ser feito o pagamento. Caso não venha a ser feito o pagamento, na segunda-feira nós entraremos aqui com o pedido de informações solicitando o porque do não pagamento e se necessário até adentrar na Justiça. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se para a Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 926/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção do Setor de Prontoatendimento do Paciente - SPP para atender inúmeras solicitações da população de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 927/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a aquisição de equipamentos de ultrassonografia com doppler, para atendimento a população de Maringá **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 928/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a conclusão do Bloco da Clínica Odontológica, para atendimento a população de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5544, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 17 e 18 de novembro do corrente ano, por estar em viagem a Brasília, para tratar de assuntos de interesse dos Municípios de sua área de atuação. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5593, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, requerendo autorização para representar a Mesa Executiva, desta Casa, no 6º Encontro Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional nos dias 18, 19 e 20 de novembro do corrente ano, em Foz do Iguaçu. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5597, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Ordinárias a serem realizadas nos dias 23, 24 e 25 de novembro do corrente ano, em virtude de compromissos parlamentares assumidos em Maringá e região. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria a Semana Paranaense da Água e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 055/09, de 27/05/09, em Projetos de Lei).**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)
Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Convido o Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Consulto o Deputado Antonio Belinati se podemos suspender, porque já temos 37 Srs. Deputados, havendo quórum para prosseguimento da Sessão e para votação dos vetos.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)
Peço suspensão da chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Paranavaí. **Aprovada. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 559/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 087/09, que dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 7101, de 15/01/79, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel situado no Município de Piraí do Sul. **Aprovada. (Publ. no DA nº 121/09, de 13/10/09, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 423/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 354/09, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças, no âmbito de suas atribuições, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, por unanimidade, artigo por artigo. Aprovada a Emenda por unanimidade.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que destina assentos a idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes nos terminais rodoviários localizados no Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 473/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Osmar Bertoldi busca destinar assentos prioritários aos idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes, nos terminais rodoviários localizados no Estado do Paraná.

Fundamentação

Primeiramente, vejamos o que preceitua a Carta Magna:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

E mais:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (...) (grifo nosso)

Vejamos que nossa Constituição como cidadão que é, vem a proteger princípio e igualdade entre todos que fazem parte do território nacional. Bem como, cabe à República a promoção do bem de todos, não importando qualquer forma de discriminação.

Além do mais, verifica-se que cabe à União concorrente aos Estados e Municípios legislar sobre a matéria trazida pelo presente projeto de lei:

Art. 23. É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

A partir daí, observa-se que o presente visa conceder no Estado, garantias aos mais necessitados, quais sejam: idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes. Não estaria discriminando tais pessoas, mas sim lhes resguardando garantias, protegendo assim a integridade física dos mesmos.

Ademais, muito embora, alguns estabelecimentos rodoviários já observem essa necessidade, não há legislação no Estado que a regule.

Também a Constituição do Estado possui regulamentação no que concerne às garantias das pessoas, ou seja, possui o Estado dentro de seu alvedrio o dever de proteger a dignidade humana:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

II - a defesa dos direitos humanos;

III - a defesa, a igualdade e o consequente combate a qualquer forma de discriminação;

Art. 223. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e propiciando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos.

Vejam, portanto, que o projeto ora analisado é revestido de constitucionalidade.

Muito embora haja legislação que vise à proteção das garantias dos idosos, por exemplo, o presente projeto de lei tem o condão básico de inovar, lembre-se que é atribuição do legislador trazer ao caso concreto: inovação. Busca desenvolver uma política de bem estar social, fazendo com que os preceitos da igualdade e dignidade da pessoa humana possuam reflexos efetivamente.

Não se observa que o legislador adentrou ao alvedrio de outra norma, tanto geral quanto específica, ficando assim recoberto de legalidade.

De mais a mais disto verifica-se a essência de previsão da prioridade de atendimento aos idosos, conforme o Estatuto do Idoso, Lei Complementar nº 10741/03, o qual prevê sanções àqueles que descumprirem a regulamentação. Seria redundante tratarmos novamente de matéria regulada por lei federal a qual distingue a específica claramente os atos passíveis de punição pelo Governo, bem como, as sanções a serem aplicadas.

Conclusão

Assim, configuradas a constitucionalidade e legalidade deste projeto de lei, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 473/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, objetiva destinar assentos a idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes nos terminais rodoviários localizados no Estado.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o beneficiar com a destinação de assentos a idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes nos terminais rodoviários localizados no Estado.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa do direito do idoso em estabelecimentos localizados no Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDD-MCA, Aprovado. (Publ. no DA nº 114/09, de 29/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 529/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, visa obrigar a afixação de placa informativa dos direitos do idoso em estabelecimentos que promovem eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer localizados no Paraná, com o objetivo de dar efetividade ao artigo 23 do Estatuto do Idoso, o qual determina que devem ser concedidos descontos de pelo menos 50% nos preços dos ingressos para esses estabelecimentos às pessoas com 60 anos ou mais.

Fundamentação

Considerando a peculiar condição de idade dos idosos, o ordenamento jurídico brasileiro possui em seu sistema leis que criam normas específicas para os mesmos e que buscam garantir os seus direitos, inclusive na nossa Constituição Federal, com o artigo 230:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida.

Cabe citar também o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10741/03), lei criada para regular os direitos assegurados às pessoas com 60 anos ou mais, um verdadeiro marco na legislação brasileira de proteção ao idoso. Em seu artigo 3º temos que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público a proteção ao idoso e a efetivação de seus direitos:

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Mais especificamente e diretamente ligado com o que se busca no projeto de lei ora analisado, temos o artigo 23 da mencionada lei:

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

No âmbito estadual também temos norma que assegura a meia-entrada para os idosos. Assim reza o artigo 1º da Lei nº 14043/03:

Art. 1º Fica assegurado aos idosos o pagamento de meia-entrada referente o valor efetivamente cobrado para ingresso em casa de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casa de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer no Estado do Paraná.

Dessa forma, resta comprovada a intenção dos legisladores, tanto estaduais quanto federais, em proteger os interesses e direitos dos idosos. O projeto de lei ora em análise, nada mais é do que uma suplementação ao Estatuto do Idoso, o qual pode ser considerado norma geral neste âmbito. Nesse sentido, vale mencionar o artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Federal:

Art. 24. (...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Ainda, deve-se ter em vista que tal proposta não está prevista no rol da competência privativa do Poder Executivo (artigo 66 da Constituição do Estado), bem como não há vedação ou afronta à legislação constitucional e infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa, não há óbice perante a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do exposto, e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 529/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafo de autoria do Deputado Elio Rusch, dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa do Direito do Idoso em estabelecimentos localizados no Estado do Paraná.

Em sua justificativa o autor da proposta diz que “garantir a publicidade ostensiva deste direito atribuído às pessoas com 60 anos ou mais é que apresenta o presente projeto, que nada mais pretende do que impor aos promotores de eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer que informem o direito ao desconto previsto em lei.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquela comissão.

Srs. Deputados, o Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10741/03 visa assegurar direitos às pessoas com 60 anos ou mais. O projeto de lei apresentado pelo Ilustre Deputado Elio Rusch vem suplementar o estatuto, reforçando através de publicidade, o direito garantido no âmbito estadual pela Lei nº 14043/03, que assegura aos idosos o pagamento de meia-entrada referente ao valor efetivamente cobrado para ingresso em casa de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, em casa de exibição cinematográfica, parques, estádios, praças esportivas e similares das áreas de esportes, cultura e lazer em todo o Estado do Paraná.

Todos esses direitos, ignorados em diversas situações, por falta de conhecimento do próprio idoso.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável a tramitação, ressaltando a que a presente iniciativa beneficia os interesses e direitos dos idosos, garantindo publicidade de forma ostensiva em estabelecimentos comerciais.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 580/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/09, que concede remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais para com o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e com os denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A. (Anistia dívidas Município: Araucária, Campo Largo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Londrina, Piên, São José dos Pinhais e Maringá). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 126/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 580/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa conceder a remissão dos débitos das companhias de desenvolvimento municipais para com o Fundo de Desenvolvimento Econômico, com o intuito de solucionar os problemas dos financiamentos firmados entre àquela companhias e o Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei ora em análise objetiva conceder remissão dos débitos das companhias de desenvolvimento municipais para com o Fundo de Desenvolvimento Econômico e com os denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A., ambos de titularidade do Estado do Paraná.

Primeiramente, cumpre ressaltar que ambos os credores das companhias de desenvolvimento municipais são de titularidade do Estado do Paraná. Ou seja, estão o Fundo de Desenvolvimento Econômico, que tem sua gestão administrativa e financeira atrelada à Agência de Fomento do Paraná, e dos denominados Ativos, submetidos à direção superior da Administração Estadual.

Em seu artigo 87, a Constituição do Estado do Paraná elenca as competências privativas do Governador do Estado. Vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da Administração Estadual;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei;

Desta forma, é clarividente que cabe tão somente à pessoa do Governador do Estado exercer a direção superior da Administração Estadual, qual seja, neste caso, conceder a remissão de créditos por parte de entes submetidos à Administração Estadual.

Ainda, o instituto da remissão a qual se pretende conceder, encontra-se previsto no ordenamento jurídico pátrio, cristalizado no artigo 385 do Código Civil:

Art. 385. A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.

Também prevê o nosso Código Tributário Nacional, em seu artigo 172, a possibilidade da remissão de crédito tributário:

Art. 172. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

Ademais, estas dívidas, por força de contrato, seriam pagas com recursos alocados pelo Governo do Estado. Desta forma, o que vemos aqui é o instituto da confusão, previsto no artigo 381 do Código Civilista, uma vez que o Estado do Paraná seria o credor e o devedor, concomitantemente.

Art. 381. Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

Por fim, ao conceder esta remissão, o Poder Executivo vem a cumprir o que dispõe o artigo 174 da Carta Magna, uma vez que ele estará cumprindo seu dever de incentivador da economia, pois, na atual situação, alguns Municípios encontram-se impedidos de pleitear novos financiamentos perante instituições oficiais de fomento e/ou desenvolvimento.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade, aferidas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Aprovado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Esse item n° 08 ele não tem o Parecer da Comissão de Finanças. Solicitaria a V. Exa. antes de votarmos em 2ª Discussão que ele tenha o Parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já combinamos com o Deputado Strapasson que em data de amanhã, na 2ª discussão o Parecer já estará, hoje nós votamos a Constitucionalidade e na data de amanhã o Parecer da Comissão de Finanças.

Até porque se trata de um projeto de extrema importância para a região metropolitana.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 056/09, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que tem por objetivo autorizar a construção de uma Usina Termelétrica no Município de Agudos do Sul. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC n° 098/09

Curitiba, 21/07/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 100/09, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1°, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 790/07, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo autorizar a construção de uma usina termelétrica, no Município de Agudos do Sul, tendo como combustíveis resíduos de madeira, com capacidade de produção de 12,5 MW.

A inconstitucionalidade apontada afronta o artigo 22, inciso IV da Carta Magna, visto que legislar sobre energia é competência da União, sendo necessária a edição de lei complementar tratando da matéria.

É importante que se diga que a Constituição Estadual, no capítulo dos recursos naturais, diz que o Estado fomentará a implantação de usinas hidrelétricas de pequeno porte, para o atendimento de consumo local, mas desde que respeitada a capacidade do meio ambiente.

Muito embora a iniciativa não trate geração de energia na forma de hidrelétrica, parte-se do mesmo princípio que a implantação de toda e qualquer forma de geração de energia deve primar pelas condições de suporte do ambiente.

Pois bem, o projeto de lei em tela afirma que a usina que se pretende instalar terá como combustível serragens e aparas de madeira. Por certo que, se fosse sancionado projeto, o corte de árvores na região seria fomentado, vindo a gerar desequilíbrio no meio ambiente.

Desta forma, em se tratando de questão ambiental, não há como não ferir o princípio da supremacia do interesse público em detrimento ao interesse particular.

Com efeito, destaque-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, na lição do Ministro Celso de Mello: “essa prerrogativa consiste no reconhecimento de que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado....Dentro desse contexto, emergem com nitidez a ideia de que o meio ambiente constitui patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido pelos organismos sociais e pelas instituições estatais, qualificando-se como encargo que se impõe - sempre em benefício das presentes e futuras gerações - tanto - tanto ao Poder Público quanto à coletividade em si mesma considerada (Maria Sylvia Zanella di Pietro, ‘Polícia do meio ambiente’, in Revista Forense 317/179, 181; Luis Roberto Barroso, ‘A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira’, in Revista Forense 317/161, 167-168, v.g.). Na realidade, o direito à integridade do meio ambiente constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social. O reconhecimento desse direito de titularidade coletiva, como o é o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, constitui uma realidade a que não mais se mostram alheios ou insensíveis, como precedentemente enfatizado, os ordenamentos positivos consagrados pelos sistemas jurídicos nacionais e as formulações normativas proclamadas no plano internacional” (RJT 164/158).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 790/07, encontra-se publicado no DA n° 143/07, de 06/11/07, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO N° 056/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei n° 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que tem por objetivo autorizar a construção de uma Usina Termelétrica no Município de Agudos do Sul tendo sido vetado pelo Sr. Governador do Estado por considerar o projeto de lei inconstitucional.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado projeto de lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1° Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se favorável ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 25/08/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, não vou encaminhar porque já conversamos o suficiente, mas apenas para orientar nossa bancada. Como se trata de um projeto autorizatório, com todas as condicionantes ambientais, entendemos que o veto apostado é uma opinião, enfim, do Poder Executivo. Entendemos que a bancada fica liberada para votar de acordo com o entendimento de cada um.

Eu, pessoalmente, vou derrubar, no sentido de poder autorizar a construção da termelétrica. É assim que vou votar, e cada Parlamentar vota de acordo com seu entendimento. Mas entendo que é absolutamente válido, porque todas as condicionantes terão que ser atendidas, para ser implantada a termelétrica. Isto é feito com aparas de madeira. Não há nenhum prejuízo ambiental.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero manifestar contrário. Por isso voto na manutenção do veto apostado pelo Governador Roberto Requião.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para colocar meu posicionamento, se os Parlamentares quiserem seguir. Eu votaria contrário ao veto do Governador. Voto NÃO ao veto do Governador, aprovando a construção dessa usina termelétrica. Temos que desenvolver nosso País. Os estudos estão feitos, amanhã ou depois estaremos votando outras termelétricas. Seria importante derrubarmos este veto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma, se trata de um empreendimento no Estado do Paraná, uma pequena usina que vai gerar 12 mgw/h. É uma usina, uma miniusina, instalada num Município pequeno do Estado do Paraná, Agudos do Sul. É um Município bem representado pelo Deputado Francisco Bühner. Acho que este empreendimento, após sua conclusão, pelo que conseguimos levantar na mensagem, vai gerar algo em torno de 50 empregos diretos e 200 indiretos.

É importante que se diga que esta usina vai funcionar com galhos de pinus, capim-elefante, leucena. Quer dizer, é uma usina que ainda ajuda o meio ambiente. Porque se guardar os restos de galhos de pinus usados pelas madeireiras, eles se decompõem e, sem sombra de dúvida, jogam gases na atmosfera. E se queimar esses galhos, a poluição será bem menor.

Por esta razão é que pedimos para derrubar o veto, votando com a expressão NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai-se proceder a votação. Os Deputados favoráveis à manutenção do veto deverão digitar a expressão SIM. Os Deputados que querem derrubar o veto, portanto, favoráveis ao projeto, deverão digitar a expressão NÃO.

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram: 39 NÃO, um SIM, e uma abstenção. **Está derrubado, portanto, o veto do Governo.**

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 068/09, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/08, que objetiva a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS; entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC nº 125/09.

Curitiba, em 13/10/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 215/09, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 515/08, por considerar a parte vetada inconstitucional, por violar os artigos 5º e 22, VI, da Constituição Federal, atentando contra o princípio da igualdade, e, ainda, pelos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo criar o Instituto das Águas do Paraná, conforme específica, assim como adotar outras providências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo 2º do artigo 38.

O parágrafo 2º do projeto de lei em tela, isenta da cobrança pelo uso da água, os pequenos produtores rurais, desde que o consumo da água seja destinado à produção agropecuária e silvipastoril.

No anteprojeto de lei encaminhado, pelo Poder Executivo, a essa Assembleia Legislativa, a isenção atingia somente as captações destinadas à produção agropecuária dos pequenos produtores rurais, mantida a obrigatoriedade da obtenção da outorga, se o uso não fosse considerado insignificante.

A redação aprovada por essa Assembleia Legislativa amplia de modo injustificado a isenção da cobrança pelo uso da água, criando assim, visível desigualdade. Essa redação é ainda mais gravosa que a redação atual do parágrafo único do artigo 53 da Lei nº 12726, a qual atinge apenas as captações destinadas à produção agropecuária, e não a atividade silvipastoril e os lançamentos de afluentes.

Assim, o veto apostado ao parágrafo segundo do artigo 38 do projeto de lei em análise, tem por objetivo maior minimizar o impacto de isenção da cobrança pelo uso da água de maneira a resguardar esse bem público.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 140/08, encontra-se publicado no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 068/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 040/08, objeto de VETO PARCIAL do Governador, dispõe sobre a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, e a criação do

Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e adota outras providências.

Chamada esta comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Em discussão. Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão digitar a expressão SIM. os que forem pela derrubada do veto, com a expressão NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB (Para Encaminhar))

Sr. Presidente, a criação do Instituto das Águas do Paraná, porque o nome é Instituto das Águas, até por sugestão do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, foi bruto de um amplo debate nesta Casa, e construímos, para poder chegar a um documento final, um consenso que foi construído pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, pela Comissão de Constituição e Justiça, e eu como relator, no âmbito da CCJ, me reuni com os Deputados Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Reni Pereira, Alexandre Curi, para que pudéssemos ter um texto final que pudesse expressar a complexidade que é a vida de um projeto inovador que nós criamos, ou seja, transferimos as funções da antiga SUDERHSA para o Instituto das Águas, e ao mesmo tempo criamos no Paraná uma agência reguladora das concessões, nos atualizando em relação à legislação federal.

O único ponto que restou controverso com o Poder Executivo é justamente sobre a questão da cobrança da taxa de água, pelo uso da água melhor dizendo, pelo Instituto das Águas. Por quê? Porque foi comprovado, em uma ampla discussão, primeiro: o próprio projeto de Poder Executivo trazia a isenção para os pequenos produtores. Então ampliamos para os pequenos produtores até seis módulos fiscais, no que houve uma concordância com o Poder Executivo em relação a esse parágrafo do artigo. Em relação ao artigo 2º, estendemos o benefício da isenção da água, desde que ela seja utilizada exclusivamente para produção agropecuária e silvipastoril. Por isso que mantivemos isso. A outorga é exigível, ou seja, o não pagamento da isenção não significa que não deverá haver a outorga, e com isso vamos ter o controle do uso da água.

Então, há um equívoco aqui na mensagem, quando é encaminhada pelo Governador, em relação à outorga. A outorga é mantida, é obrigatório a outorga. O que estamos fazendo é deixar claro que não haverá cobrança pelo uso da água. Esse é um tema que poderá, no futuro, ser

rediscutido, mas nosso entendimento, até porque os valores são muito reduzidos, são muito pequenos. Então, não há sentido nisso. E o controle que deveremos ter faremos através da outorga, enfim, quando vai estabelecer qual é o volume de água que vai ser utilizado.

Então, para manter o entendimento nesta Casa, eu já disse isso ao Governador Roberto Requião, até pedi que ele não vetasse, e ele vetou, no sentido de ter esse entendimento. Como o nosso entendimento aqui foi amplo e amplamente discutido, e também temos uma visão do interesse público aqui representado pela isenção do uso da água dos nossos rios pelos agricultores, quero encaminhar pela derrubada do veto do Governador Roberto Requião, votando NÃO. Pediria que a nossa bancada votasse com a expressão NÃO.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (Para Encaminhar)

O Deputado Romanelli fez aqui a justificativa do consenso que foi criado em torno desse projeto. Em outros Países as iniciativas com relação à preservação da água premiam os agricultores, pois afinal de contas todos sabemos que a preservação da água é fundamental, não apenas os agricultores devem preservar, mas toda a sociedade. O item vetado pelo Governador Roberto Requião é o item que abre a possibilidade para cobrança da água para agricultores com área superior a seis módulos fiscais.

Quero justificar a razão pelo qual faço um apelo a todos os Deputados, da mesma forma que o fez o Deputado Romanelli, para que votem NÃO, derrubando o veto, no seguinte sentido: na atual condição fundiária do Paraná muitos agricultores que possuem mais de 144 hectares são pequenos agricultores, que trabalham no setor silvipastoril, que trabalham na bacia leiteira, que têm propriedades em áreas que são mais dobradas, mais íngremes, que tem uma topografia mais desfavorável para a agricultura de forma geral, são agricultores que possuem propriedades quem sabe maior do que esses 144 hectares, mas são pequenos produtores na sua renda, na produção bruta que faz na sua propriedade.

É importante manter aquilo que foi estabelecido aqui, como forma de não cobrarmos água, em hipótese alguma, para aqueles agricultores que utilizam a água para atividade agrosilvipastoril, como foi colocado naquele artigo que foi vetado. E para que tenhamos, no futuro, a condição de discutir, quem sabe, um projeto maior de preservação das águas no nosso Paraná, sem ter em mente que cobrando a água vamos preservar. Acho que é o contrário, temos que ter projeto para que os agricultores possam ter condição de preservar as suas águas, de trabalhar as suas propriedades, de tal forma que tenham um equilíbrio ambiental, produzindo e preservando.

Nosso apelo é pela derrubada do veto, fazendo com que não se tenha, pode ser que não seja neste Governo, mas em qualquer momento que houver a possi-

bilidade, dentro da lei, de cobrança de água, poderão ser taxados os agricultores que não tenham essa condição de pagar a água.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho um contrassenso essa decisão do Governo em vetar esse artigo no Estado em que economicamente temos a nossa economia calçada na agricultura. Não há como conceber o Governador Roberto Requião querer cobrar uma taxa na utilização de água dos pequenos agricultores deste Estado. Não posso concordar com isso, pois construímos essa ideia através de uma emenda muito bem trabalhada, num acordo amplo entre os Deputados, com a concordância do próprio Líder do Governo, com o expert nesse assunto que é o Deputado Augustinho Zucchi, a Assembleia Legislativa tem que se fazer valer neste momento.

Faço um apelo aos Srs. Deputados, nós que representamos o interior do Paraná, praticamente temos uma ligação direta com todos os agricultores deste Estado, não podemos conceder que se abra uma brecha e a possibilidade de, amanhã se não derrubamos esse veto, permitir que o Governo passe a cobrar água dos agricultores deste Estado. Na minha visão não são apenas os pequenos, temos que proteger os agricultores como um todo, porque na verdade eles são os grandes celeiros que geram a riqueza econômica deste Estado.

Por isso manifesto aqui o meu desejo e faço um apelo aos Srs. Deputados para que votemos NÃO pela derrubada do veto, protegendo a economia agrícola deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Quando vi que o Governador vetou este item que nós Deputados tínhamos colocado, foi uma discussão importante aqui na Assembleia Legislativa, diversos Deputados puderam se pronunciar com mais tempo, inclusive naquele dia que nós Deputados não queríamos que fosse cobrada a água dos agricultores. Agora, não sei por que o Governador entende diferente veta pelo menos este item do projeto.

Então, para não me alongar muito, quero dizer o seguinte: vou votar NÃO para ajudar os agricultores do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, tenho um projeto, a exemplo do Deputado Elton Welter que tem um projeto semelhante, que tramita pela Casa, que institui o pagamento por serviços ambientais. Este projeto é para o agricultor

receber para preservar. É o projeto em que o agricultor, que tem a nascente onde ele tem o rio e faz a mata ciliar, receba recursos de um fundo, em que a COPEL vai contribuir com 0,8% do seu faturamento bruto, em que a SANEPAR contribuirá, também, com 0,8% do faturamento bruto, e outras fontes de recursos que, por amor à brevidade do tempo, aqui não vou expor. É uma projeto que institui, pela primeira vez, a bonificação. Ao contrário de só punir quem faz o errado, bonificar quem faz o certo.

Pois bem, estamos neste projeto estendendo isso a todos os 380 mil agricultores do Estado do Paraná, mesmo entendendo que 90% dos agricultores do Paraná são pequenos e médios agricultores.

Quando o Governador veta este projeto e fala em seis módulos fiscais, seis módulos fiscais dão aproximadamente 150 hectares, o que vai valer aproximadamente 70 alqueires. Quem é que tem 70 alqueires no Estado do Paraná? É o pequeninho? Noventa por cento dos agricultores do Estado do Paraná não chegam a ter propriedades de 70 alqueires.

Então, o que estamos falando - e que o Governo talvez fala aqui - é a taxa de 10% dos agricultores do Paraná, quem têm mais de 70 a 80 alqueires e que usa, muitas vezes, a agricultura de forma intensiva com agrotóxicos, com fertilizantes, que vão para a água, poluem a água, o Deputado Zucchi sabe disso, porque aumentam a carga orgânica desses rios e causam um processo chamado eutrofização, que é o crescimento de bactérias que tiram o oxigênio da água, piora a qualidade da água, mata os peixes, e todas as coisas que vão descendo água abaixo, rio abaixo. É claro que quem causa um problema como este deve colaborar.

Se temos projetos na Casa que bonificam quem está fazendo certo, que institui o pagamento por serviços ambientais, que dão dinheiro para o agricultor, seja ele pequeno, médio ou grande que preserva sua propriedade, por que é que não vamos fazer também o contrário? Aquele que usa de forma intensiva e colabora para que hajam problemas na água, também deve dar sua cota-parte.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Pares, é que acredito que o Governador agiu corretamente ao vetar este artigo da lei e instituir a possibilidade de discutirmos, sim. Vamos preservar, então, obviamente você ganhará e não apenas será taxado. Por isso, contrariando o nosso líder Romanelli, que aqui fez uma belíssima exposição, inteligente como de costume, vou votar favoravelmente ao veto do Sr. Governador e pelo que os Srs. Deputados façam o mesmo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Para Encaminhar**)

Inicialmente, para requerer nova chamada nominal, porque é uma preocupação que eventualmente possa não ter quórum suficiente. E também para afirmar, aqui, respeito muito o Deputado Cheida, que é um grande especialista nessa área, mais avalizado aqui na área, mas

vamos votar, no meu caso, vou votar contra a assinatura do Requião, vou votar para derrubar o veto, porque entendo que o cidadão tem um sítio, uma propriedade rural, que passa um rio em frente à sua propriedade, e se ele tira água dali para servir um aviário, para molhar as plantas, ou abrir um poço, ele vai ter que pagar por isso. Ora, se a SANEPAR não vai ter ali um técnico para analisar a qualidade de água, não vai ter funcionário, não vai ter equipamento, não vai ter nada, vai apenas buscar o dinheiro do agricultor, acho que o Governador Requião foi infeliz de vetar isso querendo cobrar os agricultores, porque sabemos que a vida do agricultor, de um modo geral, é uma vida de grande sacrifício, de grandes apertos.

Por isso, a nossa solidariedade àqueles que estão no campo, na agricultura. Vamos votar contra esse veto do Requião, porque não concordamos que se cobre por essa água que não é do Requião, não é do Lula, a água é fonte de vida. Deus nos deus a água, e como a SANEPAR não terá despesa nenhuma, não tem despesa nenhuma com esses mananciais, não é justa essa cobrança. Vamos votar pela não-cobrança, contra o veto do Requião.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Consulto o nobre Deputado Belinati, temos 39 Deputados em plenário, há quórum suficiente para apreciarmos a matéria.

Vai se proceder a votação: os Deputados que forem favoráveis ao veto, favoráveis à manutenção do veto, votam com expressão SIM. Deputados que forem contrários, votam com a expressão NÃO.

Quarenta e um Srs. Deputados: uma abstenção; 36 NÃO; três SIM. **Está derrubado o veto.**

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Fiz questão de não encaminhar, mas agora quero, inclusive já conversei com os técnicos da SUDERHSA, o Estado do Paraná é o primeiro Estado da Federação, e, talvez do Mundo, que nessa lei de modernização dos recursos hídricos confia no agricultor, deu um voto de confiança, e não vai se arrepender.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só para ajudar no conceito que V. Exa. falou sobre Comissão Parlamentar de Inquérito. Recebo um documento da Secretaria da Fazenda, assinado pelo Dr. Nestor Bueno, que pedi a informação de quanto o Paraná havia recuperado do roubo do BANESTADO. E a resposta, eu estava discutindo com o Deputado Neivo, o Deputado Neivo fez toda aquela Comissão Parlamentar de Inquérito, deu aquela mídia e tudo. E agora recebo aqui a informação, diz o Governo: em consequência das investigações do BANESTADO não houve devolução alguma dos valores para o Estado do Paraná. Até hoje, com toda aquela roubalheira, não voltou um centavo para o Banco do Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sinceramente, só faltava a Secretaria da Fazenda dizer que uma Comissão Parlamentar de Inquérito fez depósito lá no caixa do Tesouro do Estado. Desculpe-me V. Exa., mas tenho que falar com o Deputado Jocelito, V. Exa. faz um requerimento que não tem nem pé nem cabeça, por isso é evidente que recebe uma resposta dessa.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5527, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi e Luiz Fernandes Litro, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Encaminhar, primeiro no sentido de informar ao Parlamentar que ele poderia visitar a Cidade de Catanduvas, que aliás todos sabem, Município representado nesta Casa pelo nosso colega de bancada, Deputado Nereu Moura, e ver lá a belíssima recuperação da rodovia BR-471. Por isso vou aprovar o requerimento e pedir que o DER envie para ele junto as fotografias da recuperação dessa rodovia, nobre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado.

Requerimento nº 5529, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Esclarecer que conversei com o Vitor Hugo Burko, que é o Presidente do IAP. Ele, por óbvio, disse que é favorável a aprovação desse requerimento, para que possamos ter, de fato, a informação que é requisitada pelo Deputado Tadeu Veneri. Há apenas uma dúvida, que é minha, no aspecto, quando ele diz o seguinte: *Cópia de todos os licenciamentos ambientais, com as respectivas medidas compensatórias, etc.* Se for cópia dos processos, Deputado Tadeu Veneri, é a informação sobre elas? É o número da licença ambiental? Apenas para esclarecer, porque quero encaminhar favoravelmente ao requerimento, porque houve um debate sobre esse tema.

O Deputado Tadeu Veneri normalmente tem uma postura independente, embora integre a base de apoio ao Governo. Esse requerimento dele, na minha avaliação, é esclarecedor sobre licenciamento ambiental, que permite que o Parlamentar promova uma grande investigação






























